

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA

**TIPIFICAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES DE
PRODUÇÃO AGRÍCOLA: EM BUSCA DO
DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVO**

Liliane Martins

***Relatório de Estágio apresentado
como um dos requisitos para a
obtenção do grau de Engenheiro
Agrônomo pela Universidade
Federal de Santa Catarina.***

Florianópolis (SC), junho de 1996.

IDENTIFICAÇÃO



0.282.789-6

UFSC-BU

TÍTULO: *Tipificação das Unidades Familiares de Produção: em busca do Desenvolvimento Rural e Cooperativo*

ÁREA: *Desenvolvimento Rural*

ACADÊMICA: *Liliane Martins*

CURSO: *Agronomia - UFSC*

ORIENTADOR: *Prof. Ademir Antonio Cazella*

SUPERVISOR: *Fábio Burigo*

LOCAL: *Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro - Florianópolis - SC*

PERÍODO: *Março de 1996.*

138768

***À minha família,
Aos meus amigos.***

“A humanidade se encontra às portas de um novo estágio em seu desenvolvimento.

... devíamos, principalmente, incutir novos valores e aspirações humanistas na psicologia humana, pois a sabedoria e o humanismo são as ‘verdades eternas’ que constituem a base da humanidade. Precisamos de novos conceitos sociais, morais, científicos e ecológicos, que devem ser determinados por novas condições de vida da humanidade, hoje e no futuro”.

I. T. Frolov, Moscou, 1986.

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

QUADRO

Quadro 1 - Comparativo entre os modelos patronal e familiar na agricultura.

FIGURAS

Figura 1 - Participação Social (%) dos tipos, CREDIQUILOMBO.

Figura 2 - Composição do Valor Bruto de Produção (VBP).

Figura 3 - Participação Social (%) dos tipos, CREDISEARA.

Figura 4 - Composição do Valor Bruto de Produção da CREDISEARA.

Figura 5 - Participação Percentual dos Pré-tipos no total da População.

Figura 6 - Composição do Valor Bruto de Produção (VBP).

TABELAS

Tabela 1 - Porcentagem das populações utilizada na tipificação dos estabelecimentos agrícolas da CREDICAÇADOR, CREDIQUILOMBO e CREDISEARA.

Tabela 2 - Distribuição das amostras nos grupos Tomadores de Crédito, Inativos e Poupadores/Correntistas.

Tabela 3 - Participação Sócio-Econômica (%) dos tipos CREDIQUILOMBO.

Tabela 4 - Importância Econômica e Social dos tipos constatados na CREDIQUILOMBO.

Tabela 5 - Uso de mão-de-obra, em equivalente-homem (Eq. H), por tipo de propriedade.

Tabela 6 - Classificação Social dos Agricultores associados a CREDIQUILOMBO.

Tabela 7 - Pontos positivos da CREDIQUILOMBO, segundo os Agricultores entrevistados.

Tabela 8 - Controle e Gerência das Atividades da Propriedade.

Tabela 9 - Tipos de Controle das Atividades.

Tabela 10 - Informações de maior necessidade.

Tabela 11 - Motivos de Importância na escolha da produção.

Tabela 12 - Melhorar a renda da propriedade.

- Tabela 13 - Principais problemas/Dificuldades pagar dívidas.
- Tabela 14 - Principal objetivo como produtor rural.
- Tabela 15 - Atividades que investiriam.
- Tabela 16 - Participação Sócio-Econômica (%) dos tipos CREDISEARA.
- Tabela 17 - Importância Econômica e Social dos tipos constatados na CREDISEARA.
- Tabela 18 - Uso de mão-de-obra, em equivalente-homem (Eq. H), por tipo de propriedade da CREDISEARA
- Tabela 19 - Classificação Social dos Agricultores associados a CREDISEARA.
- Tabela 20 - Uso do Crédito Agrícola.
- Tabela 21 - Pontos positivos da CREDISEARA, segundo os Agricultores entrevistados.
- Tabela 22 - Controle e Gerência das Atividades da Propriedade.
- Tabela 23 - Tipos de Controle das Atividades.
- Tabela 24 - Motivos de Importância na escolha da produção.
- Tabela 25 - Informações de maior necessidade.
- Tabela 26 - Melhorar a renda da propriedade.
- Tabela 27 - Principais problemas/Dificuldades em pagar dívidas.
- Tabela 28 - Atividades que investiriam.
- Tabela 29 - Principal objetivo como Produtor Rural.
- Tabela 30 - Importância Econômica e Social dos tipos constatados na CREDICAÇADOR.
- Tabela 31 - Uso de mão-de-obra, em equivalente-homem (Eq. H), por tipo de propriedade.
- Tabela 32 - Uso do Crédito Agrícola.
- Tabela 33 - Pontos positivos da CREDICAÇADOR, segundo os Agricultores questionados.
- Tabela 34 - Controle e Gerência das Atividades da Propriedade.
- Tabela 35 - Tipos de Controle das Atividades.
- Tabela 36 - Motivos de Importância na escolha da produção.
- Tabela 37 - Informações de maior necessidade.
- Tabela 38 - Melhorar a renda da propriedade.
- Tabela 39 - Principal objetivo como Produtor Rural.
- Tabela 40 - Principais problemas/Dificuldades em pagar dívidas.
- Tabela 41 - Atividades que investiriam.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. UMA MAQUETE DO BRASIL RURAL	11
2.1 APRESENTAÇÃO	11
2.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL RECENTE	11
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO	16
2.4 O CRÉDITO RURAL COOPERATIVO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO.....	19
3. TIPIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL DOS MUNICÍPIOS DE SEARA, QUILOMBO E CAÇADOR	26
3.1 APRESENTAÇÃO	26
3.2 A METODOLOGIA DE TIPIFICAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA.....	27
3.3 A METODOLOGIA UTILIZADA PARA TIPIFICAR OS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DAS CREDIS.....	31
3.4 ANÁLISE DA TIPIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELE- CIMENTOS AGRÍCOLAS.....	34
3.4.1 Tipificação e caracterização dos estabelecimentos agrícolas da Cooperativa de Crédito Rural Quilombo Ltda. - CREDIQUILOMBO	34
3.4.2 Tipificação e caracterização dos Estabelecimentos Agrícolas da Cooperativa de Crédito Rural Seara Ltda. - CREDISEARA	49
3.4.3 Tipificação e caracterização dos Estabelecimentos Agrícolas da Cooperativa de Crédito Rural Caçador Ltda. - CREDICAÇADOR	64
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....80

ANEXOS83

ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDOS NO PROJETO:
PROMOÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL ENTRE
AS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO.....84

ANEXO 2 -85

2.1 - Classificação e Relação dos Produtos Considerados.....85

2.2 - Pré-Tipificação - Árvore de Classificação.....86

2.3 - Pré-Tipificação - Árvore De Classificação Modificada.....88

ANEXO 3 - PRÉ-TIPIFICAÇÃO.....89

ANEXO 4 - VARIÁVEIS TIPIFICADORAS.....90

ANEXO 5 - CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO SOCIAL DOS TIPOS DE
PRODUTORES RURAIS.....93

ANEXO 6 - CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO SOCIAL DAS CREDIS.94

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do estágio curricular de conclusão de curso de agronomia. Para tanto, optamos em acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro especificamente no projeto de crédito rural cooperativo.

O interesse pelo assunto está relacionado à nossa participação em um projeto de pesquisa e desenvolvimento executado pelo CCA/UFSC em parceria com o Cepagro. Assim, acompanhamos, desde 1994, atividades das Cooperativas de Crédito Rural - Credis através de visitas, estágios extra-curriculares e discussões animadas por um grupo de estudos sobre o tema, constituído por alunos do curso de Agronomia.

Este trabalho tem como objetivo analisar o Cooperativismo de Crédito Rural, tido como alternativa importante para a retomada do desenvolvimento por um conjunto de organizações não governamentais - ONGs de Santa Catarina. Inicialmente, realizamos um breve histórico do desenvolvimento rural brasileiro, para então problematizar a necessidade de se conhecer o quadro social das Credis.

Para discutir as características dos agricultores associados, é executada a tipificação dos estabelecimentos agrícolas das Credis dos municípios de Caçador, Seara e Quilombo. Este tópico utiliza os dados coletados a campo no mês de julho de 1995, pelo projeto de pesquisa "O Cooperativismo de Crédito Rural entre as Unidades

Famíliares de Produção Agrícola” apoiado financeiramente pelo FUNPESQUISA-94/UFSC.

O modelo familiar de produção apresenta-se como o alvo principal desta análise tido como imprescindível ao desenvolvimento rural. A presença deste segmento é predominante no estado de Santa Catarina e possui uma íntima relação com as Cooperativas de Crédito Rural acompanhadas. Desta premissa estruturam-se as Credis. Sua evolução demandam trabalhos capazes de quantificar e qualificar seus associados, pois estes refletem a diversidade social da agricultura familiar.

2. UMA MAQUETE DO BRASIL RURAL

2.1 APRESENTAÇÃO

Neste capítulo realizamos uma análise teórica do processo de desenvolvimento rural adotado no Brasil a partir dos anos 60. Primeiramente contextualizamos o tema para, então introduzir o debate sobre a importância sócio-econômica da agricultura familiar. Este segmento social é o principal público alvo das Cooperativas de Crédito Rural - Credis organizadas por Organizações Não Governamentais - ONGs de Santa Catarina. A política de financiamento rural operacionalizada por Credis é discutida na terceira parte deste tópico.

2.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL RECENTE

O desenvolvimento rural no Brasil processou-se através do modelo de modernização agrícola denominado de Revolução Verde. Este modelo foi implantado no país através da cooperação internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, apoiado financeiramente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial (BM). Segundo WEID (1994) - teve

como argumento o aumento da produtividade agrícola, revertendo em maiores lucros ao produtor e mais alimento ao crescente número de consumidores. Inegavelmente as atividades agropecuárias alcançaram valores crescentes de produtividade, porém não reverteram em benefícios sócio-econômicos à maioria dos agricultores. Apenas os produtores com maiores recursos e respaldo político, capazes de produzir em escala, foram beneficiados.

A adoção do pacote tecnológico deste modelo de desenvolvimento rural, composto por variedades de alta produtividade (VAP), gerou uma agricultura onerosa. Para produzir é necessário a utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos, irrigação, sementes melhoradas geneticamente, máquinas e implementos de tração mecânica. Para dinamizar esse processo, o crédito agrícola subsidiado e a assistência técnica foram as principais políticas para levar este modelo ao agricultor.

As transformações na agricultura fizeram-se necessárias para que esta pudesse desempenhar um papel dinâmico e essencial dentro de um projeto de desenvolvimento econômico maior, implementado no país a partir dos anos 60 (BITTENCOURT et al., 1993). A agricultura teve a função de viabilizar o setor industrial em ascensão e produzir excedentes exportáveis. O desenvolvimento do setor industrial dependia da disponibilidade de mão-de-obra, via êxodo rural, do fornecimento de matérias primas e alimentos baratos acessíveis à população urbana e, conseqüentemente aos seus operários, permitindo o pagamento de baixos salários, além do benefício com o consumo de seus produtos finais.

No entanto, as conseqüências deste modelo, amplamente incentivado pelo Governo brasileiro, foram além do previsto. O elevado custo de produção e a queda dos preços recebidos pelos produtores em valores reais, levou-os a descapitalização e ao abandono da agricultura a um nível descontrolado. Somente nas décadas de 60

e 70, 28 (vinte e oito) milhões de brasileiros deixaram o campo, agravando, em muito, a pobreza e a marginalização. Esta situação relaciona-se diretamente com os problemas sociais, como os menores abandonados, à prostituição, à criminalidade, os agricultores sem terra, etc. (WEID, 1994). Atualmente estima-se que 800 milhões de pessoas passam fome no mundo, possuindo um nível nutricional muito a baixo de suas necessidades básicas (ABROMOVAY, 1995).

A crise que ameaça todas as classes sociais está intimamente ligada ao modelo de desenvolvimento adotado, que se apresenta dependente, concentrador, exportador e excludente (DAVID et al). Este modelo favorece os investimentos industriais, prevelegia as infra-estruturas urbanas e o desenvolvimento das propriedades agrícolas patronais.

A maioria dos produtores familiares¹ tem sofrido duros golpes em consequência de seu abandono político-sócio-econômico. Esta situação tem levado o pequeno agricultor a explorar intensivamente seus recursos ou buscar fontes alternativas de renda fora da propriedade, gerando migrações, atraídos pelas melhores condições de vida das cidades.

Os agricultores familiares apresentam-se, atualmente, vulneráveis a fatores externos, cuja solução não dependem ou está fora de seu controle.

A título de exemplo, tomamos o caso da Comunidade de Vale do Ouro, interior de Quilombo-SC, município com uma considerável estrutura social e sede de importantes alternativas para o setor agrícola (cooperativas, agroindústrias, associações, etc.). Segundo PAIN (1996), esta localidade simboliza a funesta maquete de um Brasil rural. Nos últimos anos 81% das famílias de agricultores

¹ Para uma definição de agricultura familiar, ver Lamarche (1993) e Abramovay (1992).

abandonaram suas atividades, reduzindo a comunidade de 120 para 23 famílias. As remanescentes continuam lutando para não seguir o exemplo de seus vizinhos. Este número, no entanto, revela-se provisório, considerando que, pelo menos, seis famílias querem vender suas propriedades, desanimadas diante da falta de perspectiva. Um agricultor, definindo a situação, acrescenta: "Há muitos anos, o interior do Brasil vive a política do lá tinha. Lá tinha gente, lá tinha produção, lá tinha fartura."

Situações semelhantes são constatados em outros municípios e comunidades da região. Na Linha Fortaleza, pequena comunidade rural de Quilombo, três famílias deixaram o campo desde Julho de 1995. Em Seara, município tradicionalmente constituído por unidades familiares de produção agrícola, a paisagem se modifica dando lugar a pastagens, instalações e lavouras abandonadas, invadidas pela capoeira.

Estes fatos exteriorizaram problemas oriundos não somente das antigas políticas agrícolas implantadas no pós-guerra. A agricultura continua sofrendo as conseqüências de decisões centralizadas, baseadas em interesses muito além dos nacionais. O desenvolvimento da economia no Brasil encontra-se atrelado a conceitos globais, sem nenhuma ênfase ou preocupação ao espaço rural.

Está, por exemplo, em crescente avanço e aceitação a chamada biotecnologia e engenharia genética, denominadas, por muitos, como a segunda revolução verde. Estas possuem suas atividades calcadas no estreitamento da variabilidade genética de animais e vegetais, através da colocação de cultivares e animais altamente produtivos no mercado.

Novamente estas ciências apresentam-se, como solução para o caso da fome. No entanto, as tecnologias geradas são dominadas por países de primeiro

mundo que poderão, por preços muito baixos, vender o seu excesso produtivo aos países subdesenvolvidos.

Outra questão refere-se a atual tendência internacional dos países se organizarem em blocos econômicos a exemplo do MERCOSUL (Mercado Comum do Conesul). Este Mercado foi implantado precipitadamente pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sem nenhuma preocupação com o futuro dos tradicionalmente descapitalizados. Os pequenos agricultores brasileiros, principalmente os da região sul, sofrerão um grande impacto com a integração. É necessário buscar condições de competitividade e tempo para que possam reestruturar ou reconverter seu sistema de produção (BITTENCOURT et al., 1993). Nossos agricultores competem com produtos obtidos a custos mais baixo e de melhor qualidade, devido ao favorecimento do relevo e solos mais férteis, como no caso do leite e do milho produzidos pela Argentina.

Exemplo disso foram as graves perdas econômicas provocadas na safra 95/96 pelo “milho ardido”². Este problema deriva da maior exigência em qualidade por parte das cooperativas de produtores locais aos seus associados e da disponibilidade de milho argentino, uma vez que este problema sempre existiu na região. A venda e a compra de produtos nas cooperativas, constitui a forma mais comum de comercialização.

Desde a década de 30, o Governo utilizou-se da agricultura para promover o setor industrial e progredir regiões urbanas. Atualmente, o plano governamental consiste em conter a inflação através da estagnação dos preços dos produtos agrícolas. Estes, no entanto, são condizentes com o mercado internacional e não com os custos reais. Somado a este fato, os agricultores esbarram, ainda, em políticas

² Doença fúngica deterioradora das sementes. Sua incidência está relacionada a utilização de variedades suscetíveis e sementes de baixa qualidade (fornecidas pela cooperativa), agravada pelo clima.

protecionistas de outros países, fortemente subsidiados, que acarretam em baixos preços e, muitas vezes, a inviabilidade de muitos produtos de importância.

Considerando este perfil, constata-se a delicada situação do setor agrícola, representado, majoritariamente, por unidades familiares de produção. O fortalecimento e a expansão da agricultura familiar é decisiva e importante para impedir e amenizar os problemas relativos a sub-existência, gerada pela concentração humana em grandes centros, sem oportunidades de emprego, moradia decente, etc.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Debates e questionamentos globais tem gerado novas tendências de condutas. Destas, a erradicação da fome e da miséria tem-se mostrado imprescindível para o desenvolvimento das nações. Como as mudanças não acontecem isoladamente, o Brasil insere-se, por pressões externas, neste processo de transformação mundial.

É nesse contexto que o Governo elaborou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa considera que a melhor forma de combater a pobreza e a miséria é através da promoção de condições produtivas no campo e isto passa, necessariamente, pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Apesar da população estar concentrada em centros urbanos, a Nação depende fortemente da atividade agrícola. Segundo os dados do PRONAF, cerca de 90% dos municípios têm na agricultura a base de sua economia e existência, que

responde por, aproximadamente, 35% do PIB nacional e abriga cerca de 40% da população economicamente ativa.

Embora a agricultura familiar no Brasil compreenda cerca de 80% do pessoal envolvido no setor agrícola nacional, dispõe de uma área três vezes menor que a detida pelas fazendas do segmento patronal e participa com equidade na produção total (FAO/INCRA, 1994).

O segmento familiar na agricultura caracteriza-se por possuir propriedades relativamente pequenas, em que predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo é realizada pelos proprietários, com ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida. O trabalho familiar é complementado por trabalho assalariado (FAO/INCRA, 1994).

Quadro 1 - Comparativo entre os modelos patronal e familiar na agricultura.

COMPARATIVO ENTRE OS MODELOS PATRONAL E FAMILIAR NA AGRICULTURA	
Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Fonte: FAO/INCRA, 1994.

O fato do trabalho e da gestão estarem intimamente relacionados neste modelo, garante um acompanhamento mais efetivo do processo produtivo e das

decisões tomadas. Como a pequena propriedade dá ênfase a diversificação das atividades é mais simples a obtenção de um equilíbrio natural da agricultura, podendo gerar alimentos mais saudáveis a um preço competitivo à nível de mercado.

As conclusões da FAO/INCRA (1994), indicam que 2,5 milhões de estabelecimentos rurais, encontram-se em estágio de transição. As unidades de produção enquadradas como de transição representadas pelo segmento de base familiar, apresentam-se na atualidade, economicamente vulneráveis, mas possuem potencial como empresas agrícolas viáveis. Sendo necessárias, desta forma, ações sérias que viabilizem sua consolidação. Outros 2,5 milhões de estabelecimentos familiares são periféricos, ou seja, são famílias que vivem na pobreza e necessitam de políticas fundiárias, de reconversão e mesmo sociais.

Em suma, é visível a importância social e econômica que representa este segmento por possuir características de incontestável interesse para promover o desenvolvimento do país. A forma familiar de produção promove vantagens devido a sua ênfase na diversificação, na maior flexibilidade de seu processo decisório e nas vantagens sociais. Contudo, questiona-se a viabilidade deste modelo devido as mudanças estruturais necessárias.

A estrutura fundiária do país, que prioriza os grandes proprietários; a inexistência de crédito; o precário conhecimento e acesso as tecnologias; as deficiências da extensão rural, que utiliza métodos impositivos e direcionados às grandes produções; são entre outros, entraves reais ao desenvolvimento rural, que necessitam ser superados (WEID, 1994).

Diversas propostas de ação são formuladas, visando as correções destes problemas. Destaca-se, neste momento, o acesso do pequeno agricultor ao crédito

rural, instrumento capaz de viabilizar economicamente a agricultura familiar. Na sequência passamos a discutir esta política e sua operacionalização através das cooperativas de crédito.

2.4 O CRÉDITO RURAL COOPERATIVO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

As transformações ocorridas no setor agrícola, visíveis desde o pós-guerra, teve o Estado como seu principal agente. Segundo BITTENCOURT et al. (1993), o instrumento central de intervenção foi a política de financiamento para a agricultura, tendo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como carro chefe das modificações. A partir de 1964, o crédito rural foi abundante, subsidiado e voltado especificamente para a chamada modernização da agricultura. Este processo previu a modernização do agro brasileiro sem alterar a estrutura agrária, altamente concentrada. Por essa razão é considerada uma modernização conservadora.

A tecnologia e os incentivos financeiros adotados por esta política agrícola revelaram-se, com o tempo, insustentáveis, ocasionando graves distúrbios no meio rural e na economia do país.³

No final dos anos 70, a crise econômica brasileira põe em cheque este modelo de desenvolvimento, devido ao aumento das taxas de juros internacionais e, conseqüentemente, da dívida externa; da crise do petróleo e da baixa cotação dos principais produtos de exportação.

³ Esta política é apontada por muitos analistas como inflacionária. Outras linhas de pensamento tentam demonstrar o contrário (de caráter não inflacionário).

No entanto, o crédito rural não deixou de ser um importante instrumento capaz de viabilizar o desenvolvimento do meio rural, embora tenha sido utilizado erroneamente, com objetivos que não previam a igualdade social. Segundo MATTOS (1994), somente o crédito rural, quando integrado a um programa de desenvolvimento, é capaz de elevar o nível de renda dos produtores.

O financiamento rural apresenta-se, então, como prioridade para as unidades familiares de produção. Entretanto, não se pode desconsiderar a necessidade de priorizar a organização política dos produtores, a cooperação agrícola, bem como valorizar as estruturas locais. É nesse contexto que o cooperativismo de crédito rural é apresentado como uma das alternativas necessárias.

O governo brasileiro utilizou-se, muitas vezes, do cooperativismo para solucionar problemas oriundos de nossa economia. MATTOS (1995), revela que as primeiras cooperativas agrícolas surgiram da necessidade do governo de um instrumento para armazenar a produção de trigo, cujo plantio foi incentivado no sul do país.

O Cooperativismo de Crédito Rural, no entanto, iniciou-se no começo deste século, através do trabalho de padres de origem européia no sul do país. Este sistema demonstrou capacidade de desenvolvimento, porém com o golpe militar de 1964, sofreu severas restrições e obstáculos ao seu desenvolvimento.

A reorganização das Cooperativas de Crédito Rural procedeu-se a partir das cooperativas de produtores (cooperativas agropecuárias tradicionais), gerando seleção e exclusão de sócios potenciais. Este acontecimento associado a curta existência da Credi, nos anos 60, causou aos produtores rurais mais desconfianças do

que soluções às suas atividades (MATTOS, 1995). Estes fatos são entraves reais a iniciativa cooperativista, devido ao descrédito da maioria dos agricultores ao sistema.

Considerando este perfil, percebeu-se a necessidade da criação de cooperativas de crédito que incluíssem a maioria das unidades familiares de produção agrícola em seus quadros sociais.

Essa reflexão justifica a constituição e o acompanhamento das cooperativas de crédito rural - Credis, fruto da organização dos agricultores na tentativa de coletar e administrar suas poupanças; viabilizado através do projeto "Promoção do Cooperativismo de Crédito Rural entre as Unidades Familiares de Produção".

Este projeto insere-se num programa maior destinado a promover o desenvolvimento rural e a cooperação agrícola entre o segmento familiar. Este desígnio é coordenado pelo Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro e desenvolvido por um conjunto de entidades (anexo 1) que assessoram e representam a agricultura familiar catarinense, com a participação do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina - CCA/UFSC e de entidades locais, como as Prefeituras, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os Sindicatos Rurais, o Movimento das Mulheres Agricultoras e as Associações e Condomínio de Agricultores.

As Credis propostas pelo Cepagro são vinculadas ao Sistema Integrado de Crédito de Santa Catarina, o Sicredi/SC. Ao todo são 26 (vinte e seis) cooperativas de crédito rural no Sistema. Destas, 07 (sete) foram organizadas pelo referido projeto e outras 08 (oito) encontram-se em processo de discussão.

São integrados ao Sicredi/SC, cooperativas de crédito rural, preponderantemente, vinculadas às cooperativas de produtores ou cooperativas

agropecuárias, e as cooperativas de crédito mútuo (por categoria profissional). O projeto coordenado pelo Cepagro abriu a possibilidade de filiar novas cooperativas ao Sicredi sem qualquer vínculo precedente.

Inicialmente houve uma certa resistência a esta parceria, como revela o já extinto período probatório. Neste caso as novas cooperativas passariam por um tempo limite de aprovação antes de ingressarem ao sistema, a exemplo da Cooperativa de Crédito Rural do município de Seara - CREDISEARA. Sua associação foi excessivamente burocrática, possivelmente por ferir os interesses de outra organização existente na região, filiada ao Sistema. Porém, este antagonismo não se efetivou, por atuarem com públicos diferentes.

Uma iniciativa semelhante realizada no estado do Paraná resultou na constituição de um novo Sistema - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL. O SICREDI-PR não admite a participação de Credis desvinculadas das cooperativas de produtores.

Em Santa Catarina, a filiação ao Sicredi viabilizou, num primeiro momento, a formação das Credis. Estas não possuíam condições de funcionamento como instituição financeira isoladamente, requerendo um estrutura semelhante ao sistema CRESOL do Paraná. Este processo exigiria maior empenho e tempo para efetivar-se.

A relação com esse organismo tem resultado numa complementaridade de ações no campo da formação cooperativa e no fortalecimento político das novas Credis. Além disso, o Sicredi tem desempenhado um importante papel de interlocução com as cooperativas de produtores e de crédito rural existentes visando legitimar as ações do Cepagro (CAZELLA e FRITZEN, 1994).

As Credis, associadas a Sicredi/SC, possuem o compromisso de investir no sistema certa quantia de seus recursos captados. Estes recursos são aplicados no mercado financeiro e retornam às Credis integralmente ou na forma de empréstimos e prestação de serviços. Deste modo, as Credis podem recorrer ao fundo cooperativo quando necessário, mediante empréstimos normais.

No entanto, é conveniente lembrar que estas Credis foram organizadas a partir da necessidade de quebrar o isolamento social, político e econômico dos pequenos agricultores da produção familiar, conferindo-lhes condições de competitividade. Esta necessidade se reforça perante a implantação do Mercado Comum dos Países do Conesul - MERCOSUL, exigindo de nossos agricultores organização para fazer valer seus interesses.

As Credis englobam um conjunto de fatores importantes ao seu funcionamento e desenvolvimento. Estes elementos manifestam-se desde a fase de estruturação da Cooperativa. Segundo LANCELIN (1994), são necessários que se tomem como referência alguns princípios de base, que podem parecer evidentes, como por exemplo a definição de sua utilidade ou finalidade social.

Ou seja, as Credis devem funcionar sob a lógica do desenvolvimento, objetivando contribuir para o crescimento regional e individual e solucionar problemas sociais. Envolvendo neste processo atores do desenvolvimento local e regional. Inserir o crédito dentro de uma lógica de desenvolvimento rural exige, portanto, colocá-lo em articulação com outros suportes econômicos e sociais (LANCELIN, 1994).

Outro fato a ser analisado é a proximidade da Credi à realidade rural, considerando o espaço físico, relações sociais e prazo de empréstimos. Assim, quanto

mais próximo a instituição estiver da comunidade rural (do agricultor) melhor será o seu funcionamento.

As relações sociais próximas referem-se a confiança depositada na Cooperativa pelo agricultor, advinda da administração e gestão democrática e participativa. Deste modo, os produtores conhecem e são conhecidos no sistema.

O prazo dos empréstimos corresponde à necessidade de priorizar a viabilização da produção agrícola.

As Credis são instituições financeiras que tem na rentabilidade econômica, a essência de sua existência. Seu funcionamento depende da captação de recursos oriundos das poupanças e economias dos agricultores, da sociedade local e repasses de órgãos oficiais.

A disponibilidade de recursos exerce forte influência sobre a escolha dos beneficiários prioritários e na durabilidade dos empréstimos, principalmente quando raros.

No entanto, deve-se ter o cuidado de não ter muita rigidez nesta definição de prioridades. Um dos desafios da Credi é satisfazer as demandas de empréstimos no momento exato e de forma suficiente.

Genericamente os agricultores associados as Credis devem ser clientes satisfeitos, pois esta pressupõem refletir suas necessidades e perspectivas.

O grau de evolução das Credis em estudo, no entanto, tem exigido, de seus administradores, um maior conhecimento do público alvo de suas atuações, na expectativa de maximizar sua eficiência como instrumento promotor do desenvolvimento.

Justifica-se, desta forma, um trabalho de tipificação dos estabelecimentos agrícolas e caracterização dos agricultores associados às Credis. Este trabalho serve de suporte, para a tomada de decisões e para a elaboração de projetos de captação de recursos, por exemplo.

3. TIPIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL DOS MUNICÍPIOS DE SEARA, QUILOMBO E CAÇADOR

3.1 APRESENTAÇÃO

Este capítulo procura conhecer adequadamente a realidade dos agricultores e suas propriedades, sócios das Cooperativas de Crédito Rural - Credis em questão. As informações aqui utilizadas apoiam-se nos dados do projeto de pesquisa - FUNPESQUISA. O programa operacional e o questionário utilizados são os desenvolvidos pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - ICEPA, no projeto de tipificação dos estabelecimentos agrícolas de Santa Catarina.

Primeiramente vamos discutir a metodologia de tipificação dos estabelecimentos agrícolas e sua importância para o planejamento do desenvolvimento rural. Num segundo momento discutimos a metodologia utilizada para a aplicação dos questionários e finalmente realizamos uma análise dos principais tipos de estabelecimentos agrícolas ligados às Credis, destacando suas características sócio-econômicas predominantes.

3.2 A METODOLOGIA DE TIPIIFICAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA

As unidades básicas do setor agrícola de Santa Catarina caracterizam-se pela sua heterogeneidade. Diferenciam-se, originalmente, quanto ao processo de ocupação das terras, suas origens e tradições, bem como as características do solo, do clima e, posteriormente, pela crescente vulnerabilidade aos impactos e influências de políticas agrícolas e exigências de mercado. Analogamente a este quadro geral, as Credis dos municípios de Quilombo, Seara e Caçador, com aproximadamente 1950 sócios⁴, possuem um quadro social com uma estrutura produtiva bastante diferenciada.

Estas diferenciações entre os estabelecimentos rurais - decorrentes da organização produtiva e da maior ou menor facilidade ao acesso e disponibilidade de recursos produtivos - diferenciam os agricultores ou pequenos grupos de agricultores dos demais, requisitando decisões adequadas as suas realidades. Desta maneira, para cada ação dirigida ao setor agrícola, existe respostas potencialmente diferentes por parte das categorias de produtores.

A desconsideração destas particularidades tem gerado ineficiências econômicas, desigualdades sociais e desgastes ecológicos, provocados por decisões equivocadas, que perdem sua efetividade e formam grupos não representativos de beneficiários. Ou seja, as políticas para o meio rural, normalmente, privilegiam poucos grupos de produtores rurais. Isto tem comprometido o destino dos recursos produtivos, o direcionamento da pesquisa agropecuária, a conduta da assistência técnica, os resultados de ação e políticas agrícolas, entre outros.

Neste contexto, a identificação dos tipos de produtores e a caracterização do sistema produtivo, torna-se imprescindível para o planejamento do desenvolvimento rural, pois ameniza os problemas derivados da heterogeneidade. A tipificação dos estabelecimentos agrícolas surge, então, como um instrumento capaz de fornecer

⁴ Número de sócios no momento da pesquisa de campo, julho de 1995.

estas informações. Agrupar propriedades rurais que apresentem características semelhantes é um procedimento que facilita a visualização e a compreensão da realidade, permitindo a adoção de políticas diferenciadas para estabelecimentos de um mesmo tipo.

As Credis podem, por exemplo, utilizar-se dos dados da tipificação de seus associados, fornecendo bases concretas para a busca de recursos e de benefícios junto às administrações municipais, entidades governamentais e não governamentais. Conhecendo seu universo, o conselho administrativo de uma Credi, identifica os grupos de produtores economicamente vulneráveis e organiza seus associados em grupos semelhantes, permitindo a adoção de medidas políticas diferenciadas e o redirecionamento de esforços para os pontos de estrangulamento identificados. Podem, também, dimensionar previamente os impactos e a aceitabilidade da adoção de uma tecnologia nova. Muitas outras possibilidades de utilização e demandas são exteriorizadas com a análise e interpretação dos dados da tipificação dos estabelecimentos rurais, dependendo do grau de compreensão e dos objetivos da equipe destinada para tais finalidades.

A metodologia de tipificação dos estabelecimentos agrícolas desenvolvida pelo Instituto CEPA-SC parte da pré-tipificação das unidades produtivas. Essa etapa possibilita uma primeira e abrangente visualização do universo em estudo, facilitando o processamento dos dados e as interpretações. No entanto, a pré-tipificação não resulta em uma classificação aceitável dos produtores rurais, tendo como consequência o uso limitado das informações (ICEPA, 1994).

Para tanto o ICEPA utilizou como variável pré-tipificadora o Valor Bruto da Produção ou o Valor da Produção Total (VBP ou VPT)⁵, critério básico de diferenciação dos estabelecimentos rurais, além da combinação das explorações agropecuárias desenvolvidas. Esta variável representa de maneira eficaz a economia

⁵ VBP ou VPT = Somatório da produção de cada produtor, multiplicado pelo preço de cada produto.

dos estabelecimentos rurais de pequeno porte, pois abrange a porcentagem da produção consumida, de substancial valor, bem como, a comercializada. A classificação dos estabelecimentos agrícolas em pré-tipos segue uma sucessão de procedimentos, que passa anteriormente por grupo e subgrupo. Uma unidade produtiva, por exemplo, pode pertencer ao grupo de “culturas anuais”, sub-grupo “orientado para culturas anuais”, e “pré-tipo” “lavoura de grãos”, quando apresentar o valor da produção de culturas anuais (VPCA) maior ou igual a $1/3$ (um terço) do valor da produção total (VPT), VPCA maior ou igual a $2/3$ (dois terços) do VPT e o valor da produção de lavouras de grãos superior ou igual a $2/3$ do VPT, respectivamente. O anexo 2 apresenta a classificação dos produtos e as árvores de classificação adotadas pelo ICEPA. O anexo 3 compara os pré-tipos das três Credis estudadas.

Após a definição dos pré-tipos, faz-se a tipificação das propriedades agrícolas. A tipificação é um modelo analítico que permite selecionar com maior segurança o público meta, diminuindo o risco de se fazer propostas de desenvolvimento semelhantes para produtores com características distintas (GUERREIRO, 1994). Constitui-se em uma etapa de maior precisão para o processo de otimizar o uso dos recursos escassos disponíveis para alcançar os objetivos previamente definidos (ICEPA, 1994).

Na metodologia do Instituto CEPA, a caracterização dos tipos homogêneos considerou a interpretação de 63 (sessenta e três) variáveis relevantes. Contudo, utilizou-se, aproximadamente, 8 (oito) a 15 (quinze) variáveis importantes para a formação dos tipos. Estas variáveis expressam as particularidades das propriedades rurais. O anexo 4 lista o conjunto de variáveis considerados no referido trabalho.

A classificação social dos produtores nos tipos denominados grandes, médios e miniprodutores fundamenta-se no tamanho da exploração (escala), onde

considera a área total, mão-de-obra e o valor bruto de produção (VBP). Sendo que o critério preponderante no enquadramento dos produtores é o VBP. Estes critérios recebem valores limites diferentes, dependendo da densidade econômica da exploração principal da propriedade. Ou seja, se a atividade em questão for fruticultura ou avicultura, consideradas de alta densidade econômica, os limites para a classificação de escala são diferenciados (ver anexo 5)⁶. Os miniprodutores enquadram-se, na maioria no tipo baixa renda. Estes possuem um faturamento de até 6 salários mínimos anuais com a exploração agropecuária.

Pela análise da vinculação do agricultor com o mercado e da concentração de explorações no estabelecimento agrícola, obtém-se a classificação dos produtores em especializado, diversificado e de subsistência. A variável Índice de Diversificação - ID evidencia o grau de diversificação do estabelecimento. Quando atinge valores próximos ou iguais ao índice 1 indica atividade de monocultura e produções especializadas, por sua vez, valores acima de 3,5 significa diversificação das atividades. A porcentagem da produção comercializada é representada matematicamente pela relação entre receita e valor bruto da produção - REC/VBP. Quando a relação adquire valores menores ou iguais a 0,55 as propriedades são classificadas como de subsistência. Estas propriedades igualmente comercializam, de forma exclusiva, a produção excedente (ICEPA, 1994).

O nível tecnológico dos estabelecimentos agrícolas observa a produtividade da atividade principal desenvolvida na propriedade. Para tanto, a produtividade das lavouras temporárias e permanentes são comparadas com a produção média estadual, representada pelo índice 1. O índice de produtividade de bovinos de leite,

⁶ Neste trabalho, os parâmetros para classificação dos estabelecimentos agrícolas quanto à escala seguem os adotados pelo ICEPA para o município de Ipira. Por não terem sido publicados não foi possível incorporá-los na nossa análise.

representado pelo número de litros de leite produzido por vaca e por ano, tem o valor 2000 como limite superior para propriedades não tecnificadas. Para os suínos, valores maiores a 11 leitões terminados/porca/ano enquadram propriedades como tecnificadas.

Concluídas as etapas operacionais tem-se como resultado da tipificação a identificação, a caracterização e a quantificação dos estabelecimentos agrícolas típicos de um estado, região, município e organização, a exemplo das cooperativas de crédito rural. Na seqüência vamos discutir a metodologia do trabalho realizado nas Credis de Quilombo, Seara e Caçador.

3.3 A METODOLOGIA UTILIZADA PARA TIPIFICAR OS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DAS CREDIS

A pesquisa de campo foi realizada no mês de julho de 1995, com auxílio do programa FUNPESQUISA. Na ocasião foi aplicado um questionário entre os associados das Credis. Neste trabalho consideramos uma amostragem representativa dos agricultores associados às Cooperativas. Durante a formação das amostras foi evitado a concentração das entrevistas em uma ou em poucas comunidades rurais, como critério básico, procurando distribuí-las por toda área de abrangência das Credis (tabela 1).

Tabela 1 - Porcentagem das populações utilizada na tipificação dos estabelecimentos agrícolas da CREDICAÇADOR, CREDIQUILOMBO e CREDISEARA.

Credis	POPULAÇÃO	AMOSTRA	PORCENTAGEM
CREDICAÇADOR	529	21	3,97
CREDIQUILOMBO	631	27	4,28
CREDISEARA	497	23	4,63
TOTAL/MÉDIA	1629	71	4,36

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os associados de cada uma das Credis foram, ainda, divididos em três grupos, abaixo relacionados. Estes grupos representam a forma de atuação dos associados, como clientes, nas Credis:

1. Tomadores de Crédito - Associados que utilizam crédito, pessoal ou rural, do sistema cooperativo;
2. Poupadores/Correntistas - Associados que possuem contas correntes e/ou poupança nas Credis;
3. Inativos - Associados que não estão atuando nas Credis: Ou seja, não possuem conta corrente, poupança e não tomam crédito;

Posteriormente, procedeu-se um sorteio aleatório ficando as amostras assim divididas, conforme tabela 2:

Tabela 2 - Distribuição das amostras nos grupos Tomadores de Crédito, Inativos e Poupadores/Correntistas.

2.1 CREDIQUILOMBO				
CLASSE	POPULAÇÃO		AMOSTRA	
	Nº	%	Nº	%
Tomadores	204	32	7	3,43
Poupadores	114	18	9	7,89
Inativos	313	50	11	3,50
TOTAL	631	100	27	4,27
2.2 CREDISEARA				
CLASSE	POPULAÇÃO		AMOSTRA	
	Nº	%	Nº	%
Tomadores	280	56	14	5,0
Poupadores	104	21	4	3,8
Inativos	113	23	6	5,3
TOTAL	497	100	24	4,8
2.3 CREDICAÇADOR				
CLASSE	POPULAÇÃO		AMOSTRA	
	Nº	%	Nº	%
Tomadores	389	73,5	18	4,6
Poupadores	133	25,0	3	2,3
Inativos	7	1,5	0	0
TOTAL	529	100	21	4

Fonte: Pesquisa de Campo, julho 1995, CCA/UFSC.

A coleta de dados foi feita a partir da aplicação do questionário junto aos agricultores associados às Credis em questão. O questionário foi uma adaptação do desenvolvido pelo Instituto CEPA, empregado no projeto de tipificação dos estabelecimentos agrícolas do município de Ipira/SC. Algumas adaptações foram necessárias para que pudesse atender as nossas necessidades.

Para o processamento dos dados e o devido enquadramento dos estabelecimentos agrícolas, utilizou-se o programa operacional desenvolvido pelo Instituto CEPA, no projeto anteriormente mencionados. As características do meio rural de Ipira assemelham-se às regiões estudadas, com exceção do município de

Caçador. Nessa localidade predominam as atividades de hortifrutigranjeiros, praticamente inexistentes em Ipira. Em razão disso, a tabulação dos dados da CREDICAÇADOR enquadram, somente, os estabelecimentos em pré-tipos, ficando impossibilitada a definição da maioria dos tipos homogêneos. A seguir discutimos os resultados da tipificação e a caracterização dos estabelecimentos agrícolas por Credi.

3.4 ANÁLISE DA TIPIIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS

3.4.1 Tipificação e caracterização dos estabelecimentos agrícolas da Cooperativa de Crédito Rural Quilombo Ltda. - CREDIQUILOMBO

A CREDIQUILOMBO foi inaugurada em junho de 1993 e representa o esforço conjunto de várias entidades - governamentais e, sobretudo, não governamentais -, constituindo-se como projeto piloto do programa coordenado pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO. Sua sede situa-se no município de Quilombo, localizado no Oeste Catarinense. Este município, distancia-se 45 km de Chapecó - cidade referência por sua importância política-econômica para a região - e possui praticamente 81% de sua população no meio rural (PIDSE, 1990).

O município de Quilombo tem sua economia baseada na agropecuária. Seu meio rural é constituído, majoritariamente, por pequenas propriedades familiares de produção que, na realidade, possuem diferenças marcantes entre si. Estas diferenças quando comparadas com outros tipos de propriedades, tornam-se mais perceptíveis.

Paralelamente a esta característica, o município de Quilombo possui uma considerável estrutura social organizada - Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

Sindicato Rural, Movimento das Mulheres Agricultoras e as Associações e Condomínios de Agricultores. Estas particularidades contribuíram, decididamente, na escolha do município para sediar a primeira experiência deste instrumento de desenvolvimento sócio-econômico, tendo as organizações não governamentais como protagonista⁷.

Segundo os dados da pesquisa de campo, a CREDIQUILOMBO possuía, em julho do ano passado, 631 associados. Atualmente, encontra-se com 854 sócios, evoluindo seu quadro social em 223 produtores. Destes, 64 são mulheres demonstrando a participação das agricultoras na organização da Credi. Potencialmente, este número pode ser maior, como ilustra as contas correntes conjuntas, que totalizam 454. O custo financeiro para tal decisão é relativamente alto para os produtores.

As mulheres agricultoras têm participado efetivamente nesta Credi, possuem representantes nos conselhos que fiscalizam e administram a Cooperativa. Este fato é reflexo, principalmente, da própria organização que possuem e do incentivo que recebem por parte das entidades de assessoria como a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - APACO e do Próprio Movimento das Mulheres Agricultoras.

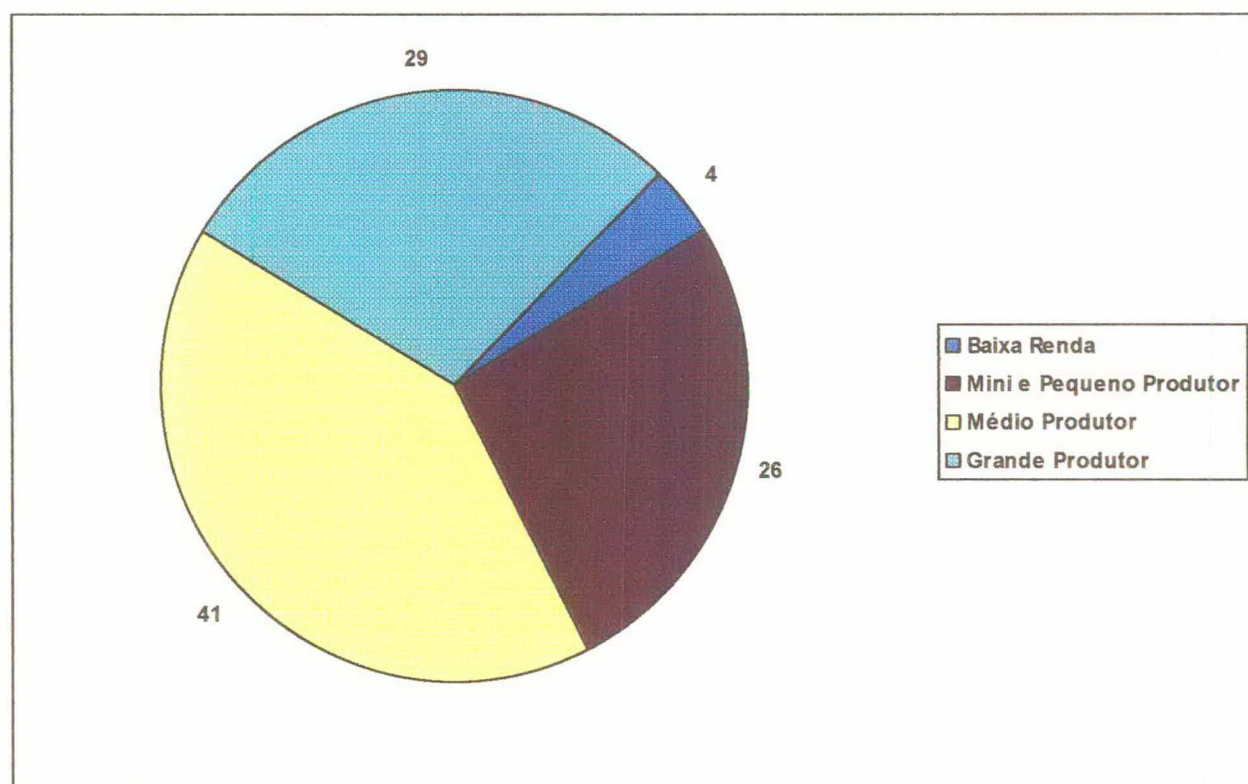
A CREDIQUILOMBO tem como área de atuação, os municípios limítrofes a Quilombo. Devido a demanda requerida e por decisão política da Prefeitura de Formosa - município recentemente emancipado de Quilombo - instalou-se nesta localidade, um posto de atendimento. Este possui uma estrutura intensamente vinculada à sede, mas futuramente pode tornar-se uma Credi independente.

A tipificação (figura 1) mostra que a maioria dos associados da CREDI são considerados médios produtores (41%) e, somados aos grandes produtores (29%), representam 70% da população. Os mini e pequenos produtores respondem por 26%

⁷ Até junho de 1996 existiam - cooperativas de crédito organizadas, sendo - de crédito rural, - de crédito mútuo, - centrais Destas, 07 (sete) Credis foram organizadas através do programa coordenado pelo CEPAGRO.

da população. Revela, também, a presença de agricultores enquadrados com baixa renda, significando 4% da totalidade dos agricultores sócios.

Figura 1 - Participação Social (%) dos tipos, CREDIQUILOMBO.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

No tipo baixa renda enquadram-se todos os produtores que possuem, como limite superior, o valor de US\$ 659,00 anuais de valor bruto de produção (VBP), correspondente a 6 (seis) salários mínimos anuais. São agricultores em situação econômica crítica, incapazes de viver dignamente somente com sua renda agropecuária. Estes agricultores dependem da venda de mão-de-obra no meio rural ou de trabalho urbano.

A tabela 3 evidencia não apenas a importância social mas, também, a econômica destes tipos. Os produtores de porte médio e grande detêm 30% e 41% do VBP, respectivamente e possuem maior representatividade econômica. Os mini e pequenos agricultores possuem significativa importância social e, principalmente,

econômica para a Credi. Estes respondem por 29% do VBP. O tipo baixa renda apresenta valores insignificantes de VBP.

Tabela 3 - Participação Sócio-Econômica (%) dos tipos CREDIQUILOMBO.

PRODUTORES	Nº ESTABELECIMENTOS (%)	VBP (%)
Mini e Pequeno	26	29
Médio	41	30
Grande	29	41
Baixa Renda	4	-

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A participação sócio-econômica dos tipos, no conjunto total dos agricultores associados à CREDIQUILOMBO, são relacionados na tabela 4. Deste modo, são evidenciados doze grupos homogêneos de agricultores, constatados pelo trabalho de tipificação.

Tabela 4 - Importância Econômica e Social dos tipos constatados na CREDIQUILOMBO.

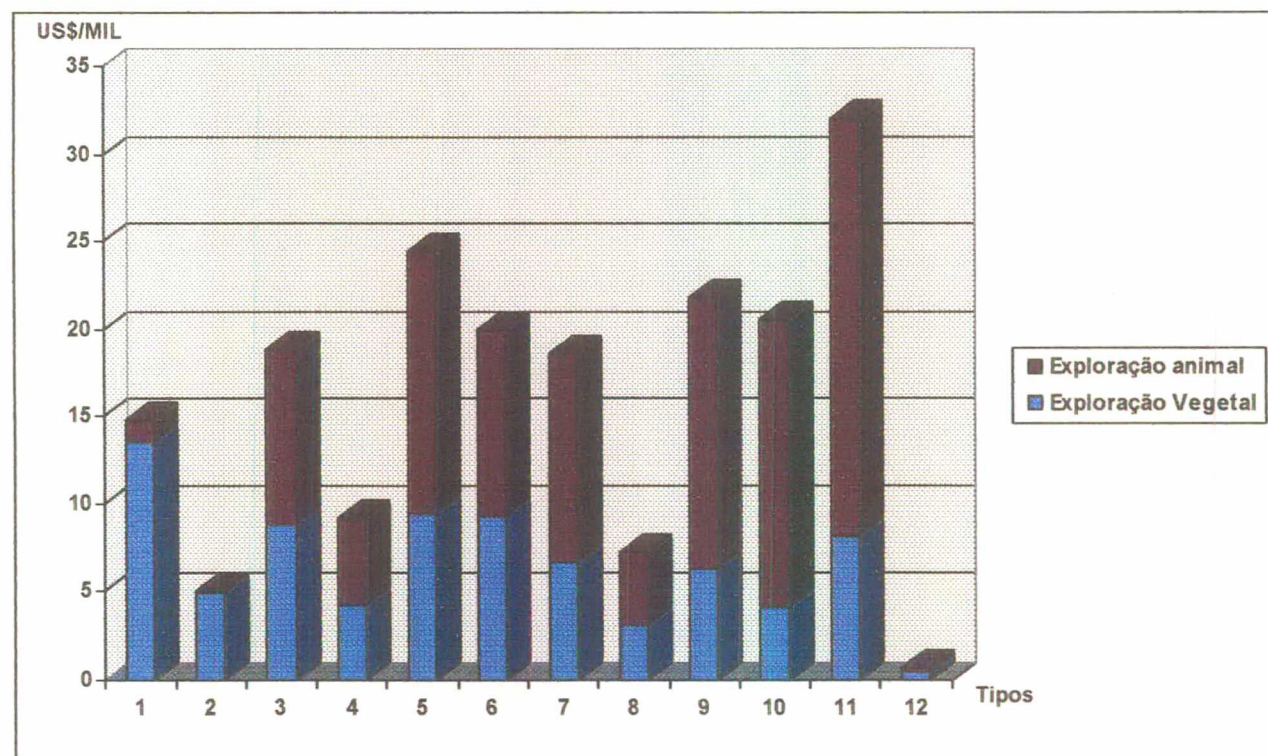
GRUPO	PRÉ-TIPO	TIPO	Nº ESTAB. (%)	VBP (%)
Culturas Anuais	Lavouras de grãos	Pequeno produtor de milho e feijão	4	7,5
		Pequeno produtor de milho especializado	7	2,5
Atividades Combinadas	Culturas anuais e Criações extensivas	Médio produtor de milho e queijo de subsistência	7	9,5
		Pequeno produtor de milho e queijo de subsistência	7	5,0
	Culturas anuais e Criações intensivas	Grande produtor de suínos e milho	19	13,0
		Médio produtor de suínos e milho	26	10,0
		Pequeno produtor de suínos e milho	4	9,5
		Mini produtor de milho e suínos diversificado de subsistência	4	4,0
Criações Intensivas	Suínos	Grande produtor de suínos	7	11,0
		Médio produtor de suínos especializado	7	11,0
	Aves	Grande produtor de aves especializado	4	17,0
Baixa renda	Baixa renda	Baixa renda	4	-

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os produtores de maior freqüência social, trabalham com culturas anuais e criações intensivas. Estes enquadram-se nos tipos médio produtor de suínos e milho (26%) e grande produtor de suínos e milho (19%), representando 45% da população. Os tipos de maior importância econômica (> VBP), exploram atividades de culturas anuais e criações intensivas, suínos e aves, abrangendo 62% do VBP total.

O VBP por tipo de agricultor e a composição deste é representado na figura 2. Observa-se que sob este ponto de vista as diferenças entre os tipos ficam ressaltadas. Este gráfico revela grande variação no VBP entre os diversos tipos de propriedades.

Figura 2 - Composição do Valor Bruto de Produção (VBP).



Nº	TIPOS	Nº ESTAB. (%)	VBP (%)
1	Pequeno produtor de milho e feijão	4	7,5
2	Pequeno produtor de milho especializado	7	2,5
3	Médio produtor de milho e queijo de subsistência	7	9,5
4	Pequeno produtor de milho e queijo de subsistência	7	5,0
5	Grande produtor de suínos e milho	19	13,0
6	Médio produtor de suínos e milho	26	10,0
7	Pequeno produtor de suínos e milho	4	9,5
8	Mini produtor de milho e suínos diversos, de subsistência	4	4,0
9	Grande produtor de suínos	7	11,0
10	Médio produtor de suínos especializados	7	11,0
11	Grande produtor de aves especializados	4	17,0
12	Baixa Renda	4	-

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Com exceção dos tipos lavouras de grãos de milho e feijão e baixa renda, a exploração animal contribui mais intensamente na renda da propriedade. Os grandes produtores de suínos e aves, representados pelos números 5, 9 e 11 na figura 2, são os que movimentam um maior volume de dinheiro, revertendo em lucros maiores para

a Cooperativa. Por este motivo, as cooperativas trabalham preferencialmente com este público.

O tipo grande produtor de aves especializado-11 movimenta anualmente um valor superior a US\$ 30.000,00 (trinta mil dólares) anuais. Este montante representa tudo que é produzido na propriedade e não necessariamente o lucro, sobre este valor são descontados, entre outros, os gastos com custos de produção e manutenção das atividades. No outro extremo, o tipo baixa renda-12 movimenta menos de US\$ 1.000,00 (um mil dólares) anuais, com a produção agropecuária. A diferença entre os tipos de maior e menor VBP, excetuando o tipo baixa renda, é de 6,4 vezes. Os produtores de porte médio apresentam pequenas oscilações entre si, tendo como média o valor US\$ 19.762,30 (dezenove mil setecentos e sessenta e dois dólares e trinta centavos) anuais de VBP.

O trabalho agrícola (tabela 5) é efetuado quase que exclusivamente por mão-de-obra familiar. As atividades de milho e de suínos são as que demandam maior quantidade de força de trabalho. Os pequenos produtores de milho e feijão são os maiores empregadores de mão-de-obra. Portanto, o porte do agricultor não define a maior ou a menor necessidade de mão-de-obra externa à familiar. Esta relação depende das atividades desenvolvidas na propriedade. Pelo resultado da pesquisa, em média todos os tipos podem ser consideradas unidades familiares de produção agrícola.

Tabela 5 - Uso de mão-de-obra, em equivalente-homem (Eq. H), por tipo de propriedade.

TIPO	Mão-de-obra Total	Mão-de-obra Familiar	Mão-de-obra Familiar (%)
Pequeno produtor de milho e feijão	2,8	2,0	71
Pequeno produtor de milho especializado	1,3	1,3	100
Médio produtor de milho e queijo de subsistência	2,5	2,3	92
Pequeno produtor de milho e queijo de subsistência	4,5	4,5	100
Grande produtor de suínos e milho	4,2	4,1	98
Médio produtor de suínos e milho	2,9	2,5	86
Pequeno produtor de suínos e milho	4,6	4,0	87
Mini produtor de milho e suínos diversificado de subsistência	4,2	4,0	95
Grande produtor de suínos	2,6	2,5	96
Médio produtor de suínos especializado	2,3	2,3	100
Grande produtor de aves especializado	3,5	3,5	100
Baixa renda	2,5	2,5	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Quando se analisa a desenvoltura financeira dos associados (tabela 6), os agricultores são divididos em 3 grupos (tomadores, poupadores/correntistas e inativos), que definem a forma de aproveitamento dos benefícios financeiros oferecidos.

Tabela 6 - Classificação Social dos Agricultores associados a CREDIQUILOMBO.

PRODUTORES	TOMADORES (%)	INATIVOS (%)	POUPADORES (%)	TOTAL (%)
Mini e Pequeno	12,5	50,0	0,0	26
Médio	62,5	20,0	55,5	41
Grande	25,0	30,0	33,3	29
Baixa Renda	0,0	0,0	11,2	4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os produtores de médio porte são os que mais promovem movimentação financeiramente na Credi. Eles representam a maioria dos tomadores de crédito (62,5%) e dos poupadores (55,5%), ressaltando sua importância para a Cooperativa.

Os associados inativos têm maior incidência entre as mini e pequenos produtores (50%). Os médios e grandes produtores representam, respectivamente, 20% e 30%.

A inatividade é um problema bastante presente nesta Cooperativa. Em julho de 1995, 50% de seus associados enquadravam-se como inativos (anexo 6). Este fato, possivelmente, é reflexo da crise econômica e das circunstâncias que envolvem os agricultores na atualidade. Neste caso, produtores com maior capacidade financeira são conquistados por melhores condições de trabalho oferecidos pelos bancos locais, enquanto muitos outros resistem o envolvimento com entidades financeiras ou simplesmente não possuem condições para tais operações.

O tipo baixa renda enquadra-se como poupador neste panorama. Isto reforça a hipótese que a principal fonte de renda dessas famílias é o assalariamento temporário, uma vez que o VBP é insignificante.

Segundo a opinião dos agricultores entrevistados (tabela 7), a CREDIQUILOMBO apresenta duas vantagens a serem destacadas como pontos fortes: a facilidade de trabalho e o atendimento. Este fato torna perceptível a relação estreita da cooperativa com os agricultores, que se sentem mais a vontade na Credi do que em outros bancos.

Tabela 7 -Pontos positivos da CREDIQUILOMBO, segundo os Agricultores entrevistados.

OPÇÕES	POPULAÇÃO (%)
Atendimento	30
Gerente	0
Facilidade em trabalhar	33
Transparência Administrativa	4
Todas as alternativas anteriores	11
Atendimento e Gerente	11
Atendimento, Gerente e Transparência	4
Outros	7
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A transparência administrativa, princípio básico para um bom funcionamento de uma sociedade cooperativa, foi esporadicamente citada pelos agricultores. Isto evidencia o pouco conhecimento ou entendimento dos associados pelas decisões administrativas e gerenciais da Cooperativa devido, talvez, aos sistemas de comunicação e educação serem ineficientes.

O controle e gerenciamento das atividades desenvolvidas na propriedade é de grande importância para a empresa agrícola e, possivelmente, tornar-se-á imprescindível também para a Credi por facilitar as tomadas de decisões.

Atualmente, 58% dos associados controlam, de alguma forma, suas atividades, mas o ato de guardar notas consiste no modelo mais utilizado. A necessidade de um controle mais instrutivo para a gerência das atividades, associado ao fato de significativa porcentagem da população possuir a intenção de controlar suas explorações agrícolas, embora não tenham conhecimento suficiente ou acham complicado o processo, torna visível a necessidade da adoção de um modelo simples e prático (ver tabelas 8 e 9).

Tabela 8 - Controle e Gerência das Atividades da Propriedade.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Faz algum controle	58
Acha que não resolve	4
Perderia muito tempo	8
Gostaria mas não sabe fazer	15
Acha complicado	15
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Tabela 9 - Tipos de Controle das Atividades.

OPÇÃO	TOTAL (%)
Da produção	8
Contábil	25
Financeira	0
Guarda notas	46
Não faz	13
Todas as alternativas anteriores	8
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Com esta preocupação, a APACO está introduzindo na base da Credi, um modelo de gestão agrícola que satisfaz estes requisitos, baseado em experiências francesas⁸. Neste momento, a perspectiva é torná-lo funcional, adaptando-o à realidade dos grupos de cooperação agrícola, ou mesmo individualmente por produtor. Para tanto, torna-se necessário o acompanhamento que este processo exige.

A utilização dos cadernos de gestão agrícola - forma de controle e gerência das atividades - pela cooperativa de crédito, facilita o acompanhamento de seus

⁸ O modelo consiste em cadernos de gestão agrícola, onde os próprios agricultores preenchem e interpretam os resultados.

associados, bem como, as operações de financiamentos e custeios, servindo de suporte para a elaboração do plano de desenvolvimento da Credi. A contratação de um profissional é imprescindível para o desenvolvimento deste processo e para o crescimento da Credi. Essa necessidade é destacada 67% dos associados (tabela 10). No entanto, esta decisão confronta-se com a limitada capacidade financeira da Credi, que no momento, não possui recursos suficientes para promover a orientação técnica dos associados.

Tabela 10 - Informações de maior necessidade.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Técnicas	29
Gerenciais	4
Técnicas e Gerenciais	67
Outras	0
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Em relação às tomadas de decisões produtivas, a maioria dos agricultores definem suas atividades agrícolas baseados no retorno econômico da produção, objetivando maior lucratividade. Todavia, a tradição é um forte fator na tomada de decisão. Atividades anteriormente exercidas contribuem com experiência e, conseqüentemente, com menor risco de fracasso (tabela 11).

Tabela 11 - Motivos de Importância na escolha da produção.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Preço do produto	26
Menor risco	11
Menor necessidade de dinheiro	7
Financiamento disponível	0
O que dá mais lucro	15
Tradição na atividade	15
Transformação (industrialização)	0
Mão-de-obra (menor uso)	7
Preço do produto e transformação (industrialização)	4
Preço do produto e tradição na atividade	7
Transformação (industrialização) e mão-de-obra	4
Diversificar	4
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os incentivos financeiros, através de financiamentos disponíveis, não contribuem para a escolha do que produzir. As altas taxas de juros induzem os agricultores a trabalhar com recursos próprios ou apoiados por familiares e amigos de confiança, independentes de instituições financeiras. A possibilidade de transformação dos produtos pouco contribui para esta decisão.

Os agricultores encontram-se atrelados à cooperativa de produtores, principal comprador das suas produções. Por este motivo, a possibilidade de venda ainda não se constitui em um problema, porém, sem um controle adequado das atividades, não percebem a fragilidade econômica deste procedimento.

A transformação da produção - agregação de valor aos produtos - requer conhecimentos técnico-econômicos, disponibilidade de mão-de-obra, oportunidades de mercado, aprovação institucional, capital inicial considerável, entre outros. São entraves decisivos para a escolha ou não desta alternativa.

Os dados da tabela 12 revelam a ansiedade de tornar mais lucrativa as explorações da propriedade, através da diversificação das atividades, que confere flexibilidade à propriedade rural, do aumento da produtividade e, especialmente, da melhoria dos preços dos produtos comercializados pelos agricultores. A intenção de mudar a tecnologia e participar de grupos de cooperação agrícola é evidenciado por 10% dos agricultores entrevistados.

Tabela 12 - Melhorar a renda da propriedade.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Combinar as atividades/diversificada	14
Ampliar as atividades que já possui	0
Aumentar produtividade	14
Melhorar o preço	39
Mudar de tecnologias/grupo de cooperação	10
Combinar as atividades/diversificar e Melhorar o preço	4
Ampliar as atividades que já possui e Combinar atividades/diversificar e Melhorar o preço	4
Combinar as atividades/diversificar, Ampliar atividades que já possui, Aumentar produtividade e Mudar de tecnologias/organizações/grupo	4
Aumentar produtividade e Melhorar o preço	4
Melhorar o preço e Ampliar atividades que já possui	7
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os principais problemas apontados pelos agricultores, que dificultam o pagamento das dívidas e comprometem a agricultura como atividade econômica, estão centralizados nos baixos preços dos produtos comercializados e nos altos preços dos insumos utilizados (tabela 13). Percebe-se então a fragilidade e a insustentabilidade do atual sistema de produção, bem como a necessidade da busca de alternativas que o tornem viável, possibilitando vida digna, principal anseio dos agricultores como produtores rurais (tabela 14).

Tabela 13 - Principais problemas/Dificuldades pagar dívidas.

OPÇÕES	POPULAÇÃO (%)
Preços dos produtos	3,7
Preços dos insumos	14,8
Baixa produção	0,0
Falta de informação/assist. técnica	3,7
Preços dos produtos e Preços dos insumos	33,4
Preços dos produtos, Preços dos insumos e Baixa produção	0,0
Preços dos produtos, Preços dos insumos e Juros altos	3,7
Falta definição financeira	3,7
Juros altos	3,7
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Tabela 14 - Principal objetivo como produtor rural.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Sobrevivência da família	0
Aumentar a renda familiar/Qualidade de vida	60
Mudar de atividade	7
Desistir da agricultura	7
Investir em terras/equipamentos	14
Aumentar a renda familiar/qualidade de vida e Desistir da agricultura	4
Sobrevivência da família e Aumentar a renda familiar/qualidade de vida	4
Aumentar a renda familiar/qualidade de vida e Investir em terras/equipamentos	4
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Majoritariamente, os agricultores associados à CREDIQUILOMBO tencionam permanecer no campo e ter a agricultura como principal fonte de renda, porém 7% destes abandonariam as atividades agrícolas e 14% investiriam em outro setor, caso tivessem condições e oportunidades (tabela 14).

A análise da tabela 15, revela que as atividades de suinocultura e bovinocultura são alvos de maiores investimentos, com 36% e 26%, respectivamente. A fruticultura não possui tradição na região, mas pelas condições de relevo esta cultura é a mais indicada considerando a conservação do solo. Em “outros” investimentos destaca-se a avicultura, o reflorestamento e a horticultura. Esta última atividade foi introduzida recentemente no município e encontra boa aceitação entre os agricultores, por possuir condições de venda no CEASA de Chapecó, estruturado a pouco tempo.

Tabela 15 - Atividades que investiriam.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Suínos	36
Bovinos	26
Aves	12
Frutíferas	5
Outros	21
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

3.4.2 Tipificação e caracterização dos Estabelecimentos Agrícolas da Cooperativa de Crédito Rural Seara Ltda. - CREDISEARA

A Cooperativa de Crédito rural do município de Seara - CREDISEARA foi fundada em abril de 1994. A Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - APACO esteve a frente deste processo em parceria com a Administração Municipal. A assembléia de fundação da Credi reuniu um número superior a 400 agricultores.

O município de Seara pertence a micro região do Alto Uruguai Catarinense, cujo centro polarizador é Concórdia. A economia do município está diretamente ligado às explorações agropecuárias e à agricultura familiar. Os estabelecimentos rurais apresentam-se diferenças sócio-econômicas, a exemplo da situação anteriormente estudada.

A participação feminina nesta cooperativa mostra-se pouco representativa, mas com possibilidades de evolução.

Em meados de 1995, a CREDISEARA expandiu sua atuação abrindo um posto de atendimento no município de Ipumirim.

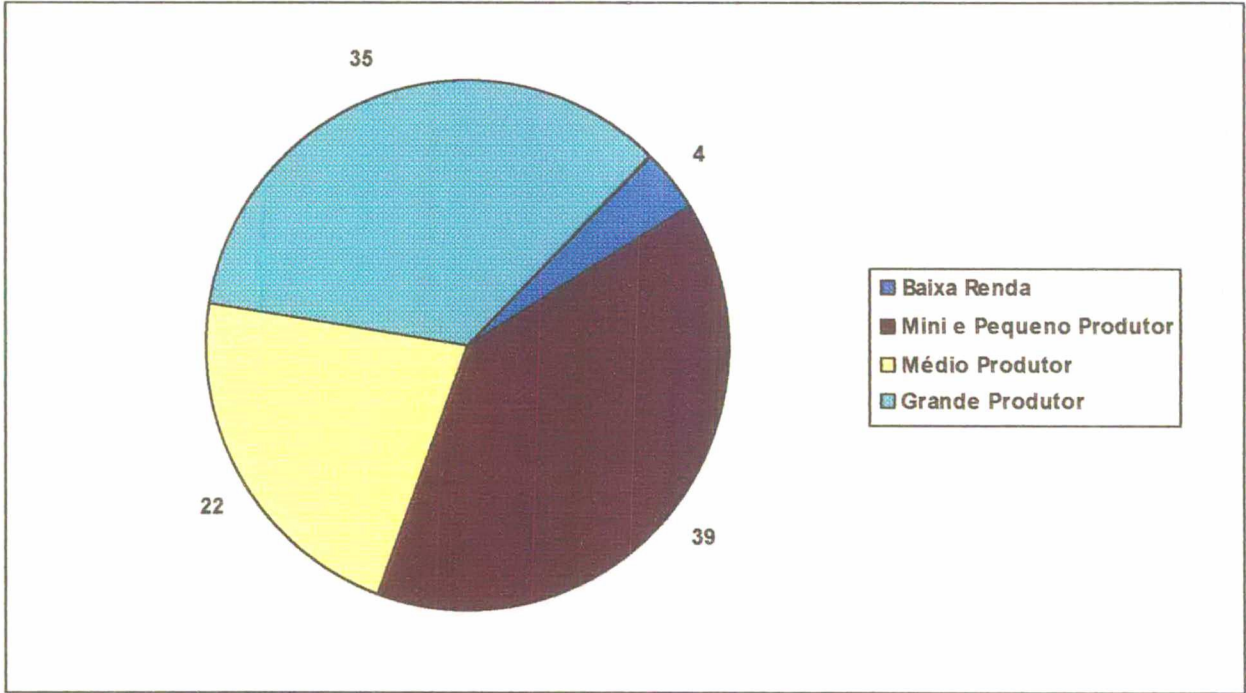
Essa tomada de decisão é apontada pelas entidades de assessoria (APACO e CEPAGRO) como precipitada e centralizada nos dirigentes na Credi, uma vez que são necessários trabalhos sérios de mobilização e conscientização da população, bem como uma estrutura mais estável da sede, sob pena de por em risco a operação. No entanto, diversos esforços foram feitos no sentido de reverter este quadro, pois fechar o posto de atendimento repercutiria pior do que promovê-lo.

A formação de uma Credi sempre envolve diversas forças locais, por este motivo a Cooperativa deve representá-las indiscriminadamente para que não gere benefícios a apenas um segmento da comunidade. Esta união nem sempre é pacífica e pode ocasionar contratempos de ordem gerencial e desvios dos objetivos originais da Credi. A CREDISEARA pode ser citada como um exemplo deste conflito, aliado à sobreposição do gerente aos dirigentes agricultores. Esta situação se agravou em 1996, o Conselho Administrativo da Cooperativa aprovou a demissão do gerente inicialmente contratado.

Os problemas administrativos de uma experiência desta natureza, como as citadas anteriormente, são decorrentes do processo participação e capacitação (educação dos agricultores sócios). A gestão democrática desse tipo de sociedade é um processo lento e de difícil operacionalização.

A tipificação (figura 3) demonstra que o quadro social da CREDISEARA é representado, majoritariamente, pelos mini e pequenos produtores seguidos dos grandes produtores, com 39% e 35% da população, respectivamente. Todavia, os mini e pequenos produtores são os tipos de maior importância econômica para a Cooperativa. Com praticamente 53% do VBP (tabela 16).

Figura 3 - Participação Social (%) dos tipos, CREDISEARA



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Tabela 16 - Participação Sócio-Econômica (%) dos tipos CREDISEARA.

PRODUTORES	Nº ESTABELECIMENTOS (%)	VBP (%)
Mini e Pequeno	39	53
Médio	22	16
Grande	35	30
Baixa Renda	4	-

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os estabelecimentos agrícolas enquadrados como baixa renda, 4% da população, devem ser alvos prioritários de políticas agrícolas de desenvolvimento rural, na tentativa de torná-los viáveis economicamente, evitando êxodo rural e o aumento da miséria das cidades. Segundo o trabalho do Instituto CEPA, estes agricultores são economicamente vulneráveis e aconselha a capacitação para ofícios ligados à construção civil, como pedreiro, encanador e profissões correlacionadas com a atividade rural, como jardinagem e horticultura.

A tabela 17 demonstra a importância social, bem como as respectivas representatividades econômicas dos 14 tipos homogêneos identificados na Cooperativa. Os tipos grande produtor de suínos e milho e grande produtor de suínos especializados representam, aproximadamente, 35% da população e 30% do VBP. Estes não são os únicos de representatividade econômica significativa, os tipos pequeno produtor de fumo e pequeno produtor de suínos, ambos especializados, representam, juntos, 35% do VBP, embora sejam apenas 9% da população. O poder econômico do tipo baixa renda é insignificante com 0,5% do VBP.

Tabela 17 -Importância Econômica e Social dos tipos constatados na CREDISEARA.

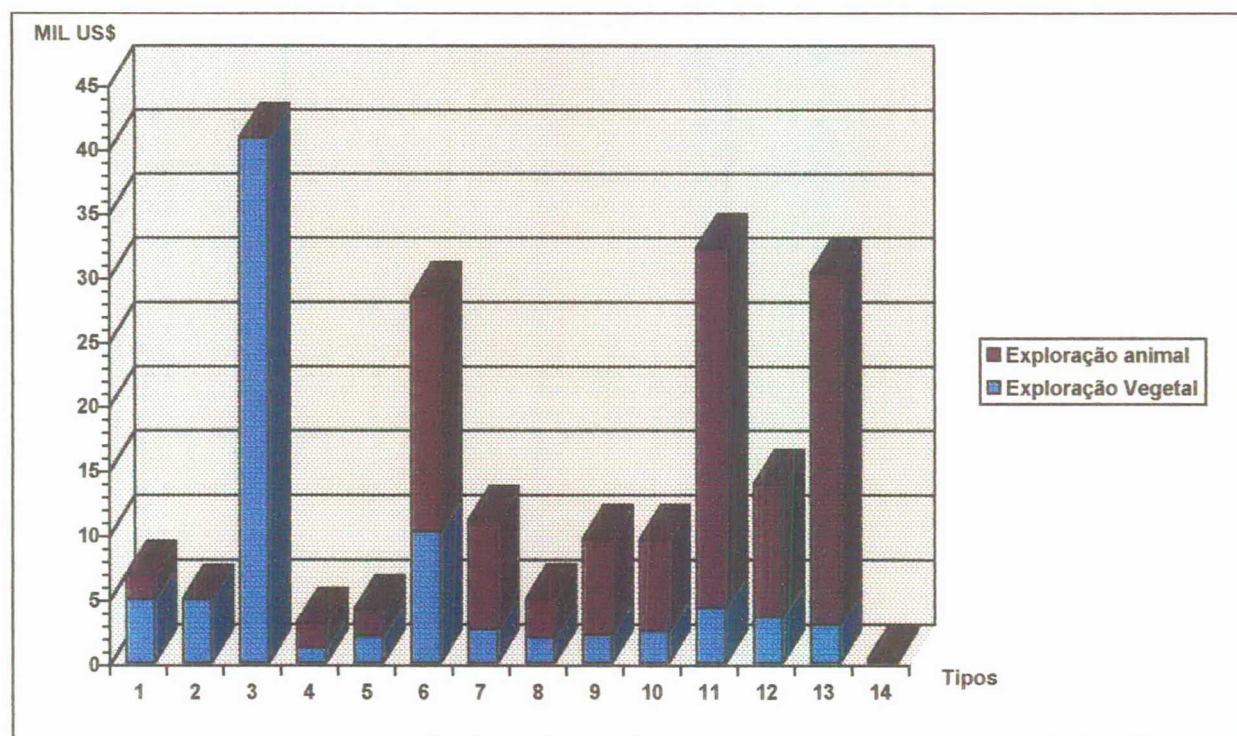
GRUPO	PRÉ-TIPO	TIPO	Nº ESTAB. (%)	VBP (%)
Culturas Anuais	Lavouras de grãos	Pequeno produtor de milho, subsistência	8,6	3,3
		Médio produtor de milho especializado, subsistência	4,4	2,4
	Lavouras Matéria-prima	Pequeno produtor de fumo especializado	4,4	20,1
Atividades Combinadas	Culturas anuais e Criações extensivas	Pequeno produtor de milho, leite e queijo divers., subsist.	4,4	1,5
		Mini produtor milho e queijo, subsistência	4,4	2,0
	Culturas anuais e Criações intensivas	Grande produtor de suínos e milho	13,0	14,0
		Médio produtor de suínos e milho	8,6	7,0
		Pequeno produtor de milho, suínos e peixes, divers.	4,4	2,4
		Mini produtor de suínos	4,4	4,7
Criações Extensivas	Bovinocultura de corte e leite	Pequeno produtor de bovinos e queijo divers. de subsist.	4,4	4,7
Criações Intensivas	Suínos	Grande produtor de suínos especializado	21,6	15,8
		Médio produtor de suínos especializado	8,6	6,7
		Pequeno produtor de suínos especializado	4,4	14,9
Baixa renda	Baixa renda	Baixa renda	4,4	0,5

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A maioria dos produtores associados à Credi trabalham com suínos, principal atividade econômica do município de Seara.

A composição e a variação do Valor Bruto de Produção entre os tipos identificados são expostos na figura 4. Percebe-se que a exploração animal contribui mais intensamente para a receita da maioria dos propriedades rurais em questão, porém os tipos pequeno produtor de fumo especializado e o médio produtor de milho especializado de subsistência possuem, como principal fonte de renda, as culturas anuais.

Figura 4 - Composição do Valor Bruto de Produção da CREDISEARA.



Nº	TIPOS	Nº ESTAB. (%)	VBP (%)
1	Pequeno produtor de milho, subsistência	8,6	3,3
2	Média produtor de milho especializado, subsistência	4,4	2,4
3	Pequeno produtor de fumo especializado	4,4	20,1
4	Pequeno produtor de milho, leite e queijo divers., subsist.	4,4	1,5
5	Mini produtor de milho e queijo, subsistência	4,4	2,0
6	Grande produtor de suínos e milho	13,0	14,0
7	Médio produtor de suínos e milho	8,6	7,0
8	Pequeno produtor de milho, suínos e peixes, diversificado	4,4	2,4
9	Mini produtor de suínos	4,4	4,7
10	Pequeno produtor de bovinos e queijo divers. de subsist.	4,4	4,7
11	Grande produtor de suínos especializados	21,6	15,8
12	Médio produtor de suínos especializados	8,6	6,7
13	Pequeno produtor de suínos especializados	4,4	14,9
14	Baixa renda	4,4	0,5

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

O tipo pequeno produtor de fumo especializado, representado pelo número 3 na figura 4 atinge US\$ 40.000,00 (quarenta mil dólares) anuais de VBP, devido a cultura ser de alta densidade econômica. Os agricultores que trabalham com suínos de maneira especializada e em escalas maiores de produção, representados numericamente por 6, 11 e 13 na figura 4, possuem um considerável VBP, variando entre 25 e 35 mil dólares anuais. Porém a maioria dos produtores obtém menos de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares) de VBP, anualmente. O tipo baixa renda possui um faturamento inferior a US\$ 1.000,00 (um mil dólares) anuais, com as explorações agropecuárias. A diferença entre os tipos de maior e menor VBP, desconsiderando o tipo baixa renda, é de 13 vezes.

No entanto, o município de Seara atravessa por problemas sanitários e ecológicos preocupantes, devido ao sistema de produção agropecuário vigente e pela concentração de exploração animal. Nesta localidade, todos os mananciais e lençóis d'água estão contaminados por dejetos de suínos e por produtos químicos utilizados nas lavouras, pondo em risco a saúde pública, os animais e as plantas nativas.

Segundo os dados da tabela 18, a mão-de-obra ocupada com trabalhos rurais provêm da própria família, com uma pequena contratação de mão-de-obra externa. As lavouras de fumo demandam maior emprego de mão-de-obra.

Para ilustrar a importância da agricultura familiar para o município de Seara, em 1989, 44% dos 6866 trabalhadores existentes no município, exerciam atividades agropecuárias no campo, em estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares (PIDSE, 1990).

A tabela 19 salienta a utilização dos benefícios financeiros e a atuação dos associados, como clientes, na Credi. Os produtores de grande porte ao mesmo tempo que (49,9%) tomam crédito, apresentam uma alta inatividade (50%) no sistema cooperativo.

Tabela 18 - Uso de mão-de-obra, em equivalente-homem (Eq. H), por tipo de propriedade da CREDISEARA

TIPO	Mão-de-obra Total	Mão-de-obra Familiar	Mão-de-obra Familiar (%)
Pequeno produtor de milho, subsistência	3,5	3,5	100
Médio produtor de milho espec., subsistência	2,5	2,5	100
Pequeno produtor de fumo especializado	5,0	5,0	100
Pequeno produtor de milho, leite e queijo diversificado, subsistência	2,0	2,0	100
Mini produtor milho e queijo, subsistência	2,0	2,0	100
Grande produtor de suínos e milho	4,0	4,0	100
Médio produtor de suínos e milho	3,0	3,0	100
Pequeno produtor de milho, suínos e peixes, diversificado	2,0	2,0	100
Mini produtor de suínos	4,0	4,0	100
Pequeno produtor de bovinos e queijo diversificado de subsistência	1,1	1,0	91
Grande produtor de suínos especializado	3,9	3,8	97
Médio produtor de suínos especializado	2,6	2,3	88
Pequeno produtor de suínos especializado	2,1	2,0	95
Baixa renda	2,0	2,0	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Tabela 19 - Classificação Social dos Agricultores associados a CREDISEARA.

PRODUTORES	TOMADORES (%)	INATIVOS (%)	POUPADORES (%)	TOTAL (%)
Mini e Pequeno	16,7	33,3	63,6	43,5
Médio	16,7	0,0	18,9	17,4
Grande	49,9	50,0	18,2	34,8
Baixa Renda	16,7	16,7	0,0	4,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A utilização do crédito agrícola não é muito difundido entre os associados da CREDISEARA, apenas 28% dos entrevistados costuma usá-lo normalmente e 20% esporadicamente (tabela 20). No entanto, existe interesse pelo crédito, uma vez que 32% destes pretendem usar este benefício.

Tabela 20 - Uso do Crédito Agrícola.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Usa normalmente	28
Já usou e não quer mais	4
Nunca usou	16
Esporadicamente	20
Pretende usar	32
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Segundo a opinião dos agricultores, a CREDISEARA apresenta uma grande vantagem em relação às outras instituições financeiras locais, representada pela facilidade em trabalhar (36%), pelo bom atendimento oferecido (20%) e pela transparência administrativa proporcionada pela sua gestão (12%), (tabela 21). O item outros, da mesma tabela, revela a importância que a Credi representa na área de formação dos Agricultores e no repasse de informações gerais relativas a agricultura, por exemplo, a importância da Credi em outros setores da agricultura.

Tabela 21 - Pontos positivos da CREDISEARA, segundo os Agricultores entrevistados.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Atendimento	20,0
Gerente	0,0
Facilidade em trabalhar	36,0
Transparência Administrativa	12,0
Todas as alternativas anteriores	0,0
Atendimento, Facilidade em trabalhar e Transparência	4,0
Atendimento, Gerente e Transparência	4,0
Atendimento, Facilidade em trabalhar	4,0
Atendimento, Gerente e Facilidade em trabalhar	4,0
Outros	16,0
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os agricultores associados à Credi, administram a seu modo, as atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade, significando 44% da população (tabela 22). Poucos produtores desconsideram por completo este procedimento, julgando-o ineficiente e burocrático, perdendo, deste modo, seu tempo disponível para trabalho. Entretanto, uma parcela significativa dos associados (24%), gostariam de controlar e gerenciar suas atividades, mas desconhecem o processo.

Tabela 22 - Controle e Gerência das Atividades da Propriedade.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Faz algum controle	44,0
Acha que não resolve	8,0
Perderia muito tempo	8,0
Gostaria mas não sabe fazer	24,0
Acha complicado	16,0
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A forma de controle, freqüentemente utilizada para monitorar as explorações agrícolas se dá através das notas fiscais. Isto é, 38% dos associados gerenciam suas atividades através do costume de guardar notas fiscais. Outros 21% dos produtores fazem controle apenas da produção, discriminando os valores obtidos com a atividade agropecuária (tabela 23).

Tabela 23 - Tipos de Controle das Atividades.

OPÇÃO	TOTAL (%)
Da produção	21
Contábil	8
Financeira	0
Guarda notas	38
Não faz	33
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os dados da tabela 24, indicam que a tradição na atividade é o principal fator que contribui para a escolha das explorações a serem exercidas na propriedade, abrangendo 36% dos associados. No entanto, o preço do produto a ser obtido, o menor risco de fracasso e de investimentos iniciais, são igualmente importantes.

Tabela 24 - Motivos de Importância na escolha da produção.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Preço do produto	20
Menor risco	16
Menor necessidade de dinheiro	12
Financiamento disponível	8
O que dá mais lucro	8
Tradição na atividade	36
Transformação (industrialização)	0
Mão-de-obra	0
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Neste caso, as possibilidades de transformação dos produtos, a lucratividade da exploração agrícola, a disponibilidade de mão-de-obra e de financiamentos pouco ou nada contribuem para a tomada de decisão do que produzir. Para os produtores estes fatores seriam conseqüências dos itens anteriormente mencionados.

A tabela 25 retrata um quadro de carência dos trabalhadores rurais em relação a assistência técnica. Esta revela-se ineficiente e de pouca abrangência. Poucos agricultores são assistidos profissionalmente e, muitas vezes, vinculados aos interesses econômicos das grandes agroindústrias.

Tabela 25 - Informações de maior necessidade.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Técnicas	40
Gerenciais	16
Técnicas e Gerenciais	32
Esta bom	4
Outras	8
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A extensão rural vem sendo sucateada pelos Governos Federal e Estadual, isto é, desestimulada - devido ao pouco recurso dispensado - e entregues vagarosamente a iniciativa privada e às municipalidades.

Neste contexto, os agricultores têm necessidades de auxílios técnicos, bem como gerenciais. A maioria dos agricultores (40%), considera a assistência de maiores informações práticas essenciais à execução das atividades. A tabela 25 evidencia a receptividade dos produtores às informações alternativas e soluções para a produção, bem como a utilização de métodos de controle e gerência das atividades, possibilitando a utilização mais acertada dos recursos disponíveis.

Para os associados da CREDISEARA, a renda da propriedade melhoraria se o preço do produto, por eles comercializados, fosse mais valorizado no mercado e se houvesse possibilidades de ampliação das atividades que já possuem. A tabela 26 indica que 36% dos produtores culpam o preço dos produtos pela pouca lucratividade da produção e que 12% destes ampliariam suas atividades, aumentando, conseqüentemente, a escala de produção, na tentativa de sanar a deficiência gerada pela baixa concentração econômica do produto comercializado.

Tabela 26 - Melhorar a renda da propriedade.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Combinar atividades/diversificar	8
Ampliar as atividades que já possui	12
Aumentar produtividade	8
Melhorar o preço	36
Mudar a tecnologia/organização/grupo	4
Melhorar o preço e Apoio financeiro	4
Combinar atividades/diversificar e Melhorar o preço	8
Combinar atividades/diversificar e Mudar a tecnologia/organização/grupo	4
Ampliar as atividades que já possui e Combinar as atividades/diversificar	4
Combinar as atividades/divers. e Diminuir custo	4
Ampliar as atividades que já possui e Melhorar o preço	4
Combinar atividades/divers., Aumentar a produtividade e Melhorar o preço	4
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os preços dos produtos e dos insumos dificultam o êxito das explorações agrícolas desta região. A produção obtida, muitas vezes, não gera lucros suficientes para cobrir os gastos de manutenção da atividades e da família, devido ao baixo valor econômico do produto gerado. Na realidade os agricultores estão inseridos em um sistema onde participam, meramente, como fornecedores de produtor agrícolas

baratos para viabilizar economicamente as grandes agroindústrias da região ou como consumidores de insumos de origem também industrial.

A renda obtida com a comercialização da produção é intensamente reduzida pelo preço dos insumos utilizados. A maioria absoluta dos agricultores entrevistados (76%), considera estes dois fatores os principais causadores de inadimplência no pagamento das dívidas, segundo os dados da tabela 27.

Tabela 27 - Principais problemas/Dificuldades em pagar dívidas.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Preços dos produtos	28
Preços dos insumos	28
Baixa produção	0
Falta de informações/assist. técnica	8
Outros	16
Preços dos produtos e Preços dos insumos	20
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A suinocultura, principal exploração agropecuária da região e de maior importância econômica, seria alvo de maiores investimentos, caso os produtores possuíssem recursos. A tabela 28 indica que 47% dos associados empreenderiam recursos nesta atividade com o objetivo de qualificar e quantificar a produção. Outra meta dos produtores é desenvolver a bovinocultura leiteira, segundo 25% dos entrevistados.

Tabela 28 - Atividades que investiriam.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Suínos	47
Bovinos de leite	25
Bovinos de corte	3
Aves	3
Frutíferas	6
Outros	16
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Aumentar a renda e qualificar a vida familiar é o principal objetivo dos agricultores associados na CREDISEARA com 60% de indicação (tabela 29). Entretanto, o desânimo que impera nos produtores fazem com que estes esperem da agricultura apenas recursos para a sobrevivência da família.

Tabela 29 - Principal objetivo como Produtor Rural.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Sobrevivência da família	12
Aumentar a renda familiar/Qualidade de vida	60
Mudar a atividade	8
Desistir da agricultura	0
Investir em terras/equipamentos	16
Aumentar a renda familiar/qualidade de vida e Investir em terras/equipamentos	4
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

3.4.3 Tipificação e caracterização dos Estabelecimentos Agrícolas da Cooperativa de Crédito Rural Caçador Ltda. - CREDICAÇADOR

No mesmo ano da fundação da CREDIQUILOMBO foi constituída a CREDICAÇADOR, em dezembro de 1993, numa assembléia de fundação com aproximadamente 100 agricultores. A CREDICAÇADOR possui uma situação singular, localiza-se em uma região onde a produção agrícola possui alta densidade econômica. Trabalha-se, principalmente, com fruticultura e horticultura.

A Credi localiza-se no município de Caçador, situado na micro região do Alto Rio do Peixe, num dos centros polarizadores da região com economia em desenvolvimento. Este município passou por elevadas taxas de urbanização no período de 70 à 80. Nesta época, 11 famílias, em média, abandonaram suas atividades no campo por ano (PIDSE, 1990).

A economia rural de Caçador é responsável por 19% da renda gerada no município e por cerca de 11% da população economicamente ativa, segundo os dados do PIDSE - Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico, 1990.

A principal fonte de renda agrícola gerada no município provém da olericultura, da fruticultura e da extração vegetal. Estas atividades possuem alta densidade econômica, ao contrário da situação percebida nos municípios de Quilombo e Seara, cuja fonte de renda mais significativa provém da suinocultura. Neste contexto, a CREDICAÇADOR encontra-se numa situação particular em relação as outras duas Credis analisadas.

A estrutura fundiária do município constitui-se por minifúndios, média de 20 ha por proprietário, com predomínio da mão-de-obra familiar.

Estas características dificultaram a utilização do programa de tipificação, desenvolvido pelo ICEPA, no enquadramento dos estabelecimentos rurais da CREDI. O programa foi desenvolvido para atender os objetivos da tipificação das propriedades

agrícolas do município de Ipira, cujas características do meio rural assemelham-se às regiões de Seara e Quilombo. A tipificação da CREDICAÇADOR, portanto, fica prejudicada em qualidade de informações, fundamentando-se somente na pré-tipificação.

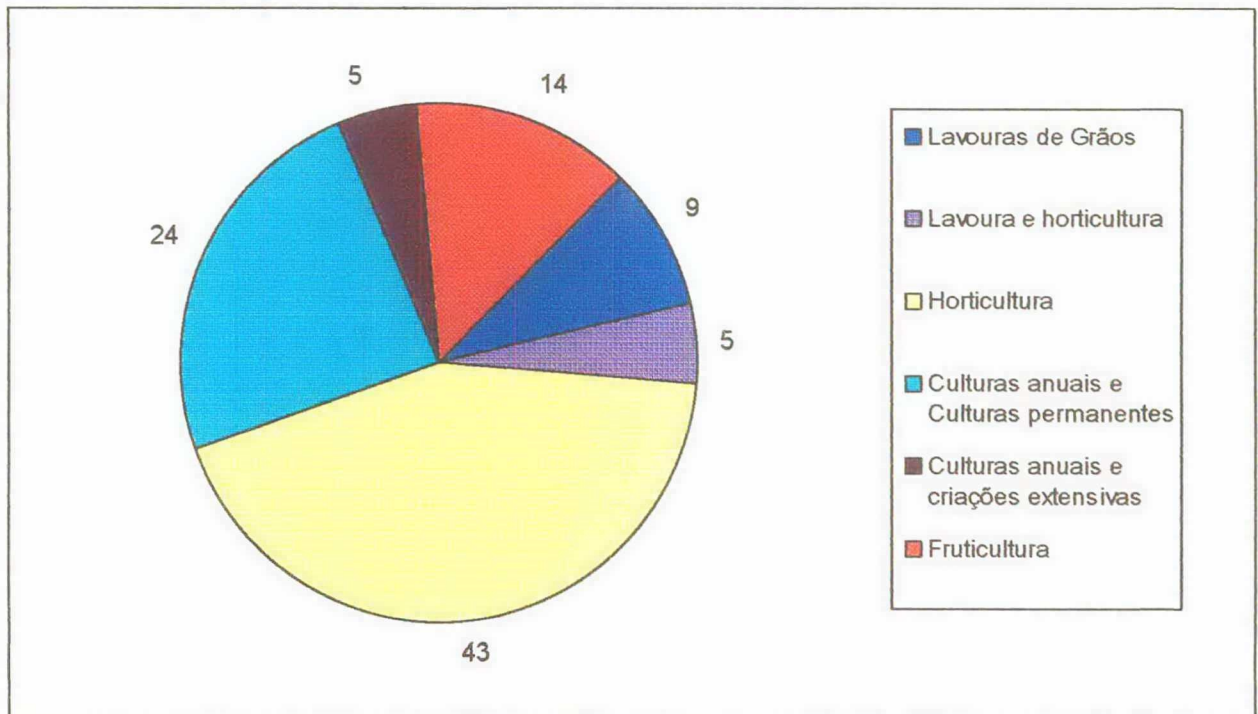
Esta Cooperativa é assessorada localmente pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CEPAGRI, entidade que utiliza metodologias participativas no trabalho com os agricultores. A CREDICAÇADOR tem, também, na posição de presidente, um antigo sindicalista de Santa Catarina, podendo contar com sua experiência e diplomacia, bem como, o respeito e a credibilidade perante os agricultores. No entanto, este fato pode ocasionar acomodação dos agricultores.

Segundo os dados da pesquisa de campo, a CREDICAÇADOR possuía em julho 1995, 529 associados e destes aproximadamente 3%, eram mulheres. As mulheres agricultoras desempenham um papel inicial dentro da agricultura familiar. A diretoria da Credi e o CEPAGRI, principalmente, dispõem esforços na tentativa de motivá-las ao maior envolvimento nas tomadas de decisões e participação da vida da Credi. A maior ou menor participação da mulher neste sistema financeiro é, acima de tudo, uma decisão da família.

A CREDICAÇADOR presta assistência as localidades vizinhas ao município sede. Na expectativa de aumentar sua abrangência, a Credi planeja instalar um posto de atendimento em Macieira, pelo potencial sócio-econômico que apresenta. No entanto, esta possibilidade encontra-se em fase inicial das discussões.

A pré-tipificação exterioriza a importância social que a fruticultura e, principalmente, a horticultura representa para os produtores associados à CREDI. A figura 5 evidencia que 43% dos agricultores trabalham apenas com a horticultura como atividade comercial e 24% destes com culturas anuais e fruticultura. Estas atividades envolvem 67% da população considerada.

Figura 5 - Participação Percentual dos Pré-tipos no total da População.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A participação econômica e social dos pré-tipos identificados estão relacionados na tabela 30. Deste modo, foram evidenciados 6 pré-tipos homogêneos de produtores, baseados nas atividades principais desenvolvidas.

O grupo de produtores de maior importância econômica trabalham com culturas anuais e culturas permanentes, seguidos pelos agricultores que possuem a horticultura como atividade principal, representando, aproximadamente, 40% e 37% do VBP, respectivamente. Destes, os tipos mini e pequenos produtores de tomate e uva apresentam maior representatividade econômica.

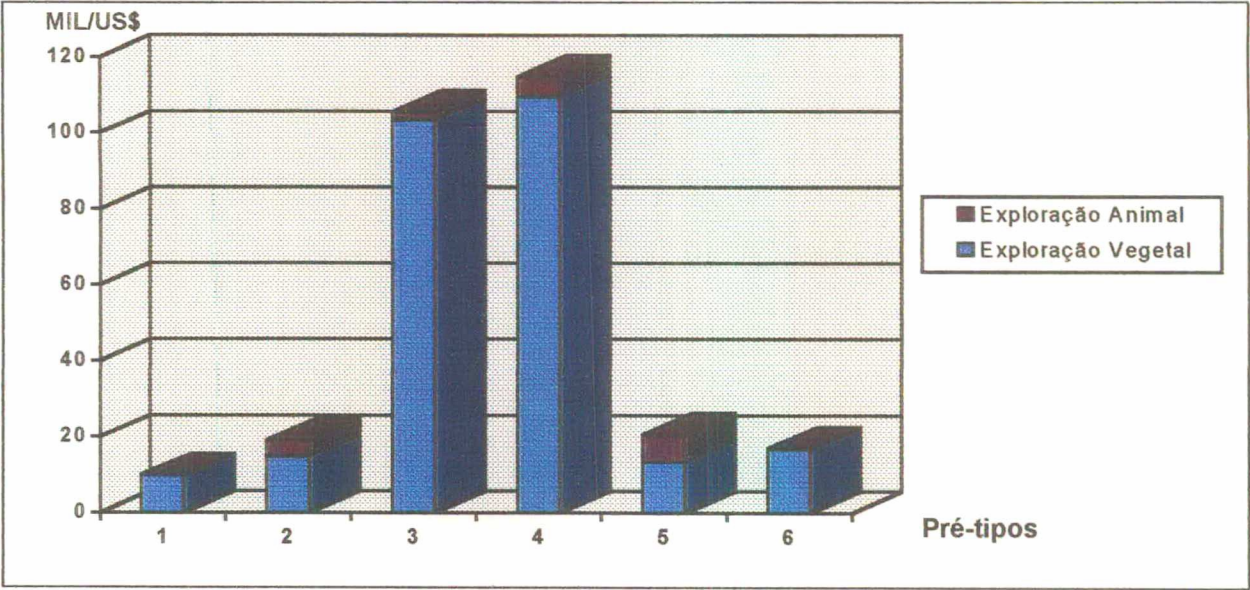
Tabela 30 - Importância Econômica e Social dos tipos constatados na CREDICAÇADOR.

GRUPO	PRÉ-TIPO	TIPO	Nº ESTAB. (%)	VBP (%)
Culturas Anuais	Lavouras de grãos	Pequeno produtor de milho	4,8	2,8
		Mini produtor de feijão especializado, subsistência	4,8	0,6
	Lavoura e horticultura		4,8	6,6
	Horticultura		42,8	36,8
Atividades Combinadas	Culturas anuais e Culturas permanentes	Médio produtor de tomate e uva	4,8	6,8
		Pequeno produtor de tomate e uva	4,8	21,7
		Mini produtor de tomate e uva	14,2	11,6
	Culturas anuais e criações extensivas	Grande produtor de tomate, leite, repolho, diversificado	4,8	7,2
Culturas Permanentes	Fruticultura		14,2	5,9

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

O Valor Bruto de Produção (VBP) por pré-tipo identificado e a contribuição das explorações animais e vegetais na composição deste é representado na figura 6. O gráfico revela grande variação no VBP entre os pré-tipos constatados. A diferença entre o maior e o menor VBP é de 12 vezes.

Figura 6 - Composição do Valor Bruto de Produção (VBP).



Nº	PRÉ-TIPOS	Nº ESTAB. (%)	VBP (%)
1	Lavouras grãos	9	3
2	Lavouras e horticultura	5	7
3	Horticultura	43	37
4	Culturas anuais e culturas permanentes	24	40
5	Culturas anuais e criações extensivas	5	7
6	Fruticultura	14	6

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Nesta região as explorações vegetais, ao contrário da condição percebida nas Credis dos municípios de Seara e Quilombo, contribuem mais intensamente para a receita da propriedade agrícola. Indica, também, que os pré-tipos horticultura e culturas anuais e culturas permanentes, representados pelos números 3 e 4, da figura 6, respectivamente, apresentam um VBP maior, acima de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) anuais. O pré-tipo lavouras de grãos são mais vulneráveis financeiramente,

A tabela 31 demonstra a predominância da mão-de-obra familiar na execução das atividades agrícola desenvolvidas na propriedade (Média = 96%), com uma pequena contratação de mão-de-obra externa. O pré-tipo fruticultura é o maior

empregador de mão-de-obra externa, devido a concentração de trabalho nas épocas de poda e colheita.

Tabela 31 - Uso de mão-de-obra, em equivalente-homem (Eq. H), por tipo de propriedade.

PRÉ-TIPO	TIPO	Mão-de-obra Total	Mão-de-obra Familiar	Mão-de-obra Familiar (%)
Lavouras de grãos	Pequeno produtor de milho	5,0	5,0	100
	Mini produtor de feijão especializado, subsistência	2,5	2,5	100
Lavouras e horticultura		3,5	3,5	100
Horticultura		2,9	2,7	93
Culturas anuais e Culturas permanentes	Médio produtor de tomate e uva	2,0	2,0	100
	Pequeno produtor de tomate e uva	7,0	6,5	93
	Mini produtor de tomate e uva	4,2	4,0	95
Culturas anuais e Criações extensivas	Grande produtor de tomate, leite, repolho, diversificado	2,6	2,5	96
Fruticultura		2,3	2,0	87

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995.

A inatividade é um fato preocupante para as Cooperativas de crédito, pois seus associados não realizam nenhum tipo de operação financeira e não participam do sistema, fugindo inteiramente do principal objetivo das Credis que consiste em possibilitar o acesso aos seus serviços pelo conjunto dos associados.

A CREDICAÇADOR possui, poucos agricultores inativos no seu quadro social, devido às características da própria região agrícola que confere aos produtores maior capacidade de movimentação financeira e estimula a participação nas questões relativas ao ofício.

A tabela 32 mostra que o uso do crédito agrícola é bem difundido entre os agricultores, aproximadamente 86% destes costumam utilizar este benefício. No entanto, um terço dos associados enquadrados como poupadores já se

decepcionaram com o crédito agrícola. Neste caso, as condições de pagamento oferecidos não foram condizentes com a realidade do agricultor.

Tabela 32 - Uso do Crédito Agrícola.

OPÇÕES	TOMADORES (%)	POUPADORES (%)	TOTAL (%)
Usa normalmente	94	33,3	86
Já usou e não quer mais	0	33,3	5
Nunca usou	0	0,0	0
Esporadicamente	6	33,3	9
Pretende usar	0	0,0	0
TOTAL	100	100,0	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os agricultores destacam um conjunto de fatores positivos que estimulam a atuação e participação destes como clientes e associados da Credi. Entre as vantagens, destacam-se a atuação do gerente, a facilidade em trabalhar com seus mecanismos financeiros e o atendimento, segundo os dados da tabela 33. A transparência administrativa, resultado da gestão democrática, parece não se efetuar de fato e resulta da dificuldade em motivar o envolvimento dos agricultores nas decisões administrativas.

Tabela 33 - Pontos positivos da CREDICAÇADOR, segundo os Agricultores questionados.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Atendimento	0,0
Gerente	0,0
Facilidade em trabalhar	9,5
Transparência Administrativa	0,0
Todas as alternativas anteriores	33,3
Atendimento, gerente e facilidade de trabalho	33,3
Atendimento e facilidade de trabalho	9,5
Atendimento e gerente	4,8
Outros	9,5
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A CREDICAÇADOR utiliza-se do Comitê Comunitário - formado pelos conselhos fiscais e administrativos e por convidados, representantes das diferentes comunidades; com a participação do gerente, da presidência da Credi e, eventualmente, de assessores do CEPAGRI e do CEPAGRO. O Comitê reúne-se com o intuito de propor alternativas.

Analisando as informações sobre controle e gerência das propriedades (tabela 34) 81% dos agricultores controlam de alguma forma suas atividades rurais e 19% não o fazem por considerá-lo complicado e trabalhoso. A adoção de um método de gestão que organize e apresente as operações agropecuárias com clareza e de fácil operacionalização, teria boa aceitação por parte do público, pois já existe o esforço de gerir as atividades desenvolvidas na propriedade rural. Este controle, atualmente, é feito de maneira confusa pelos agricultores, como revela a tabela 35.

Tabela 34 - Controle e Gerência das Atividades da Propriedade.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Faz algum controle	81,0
Acha que não resolve	0,0
Perderia muito tempo	9,5
Gostaria mas não sabe fazer	0,0
Acha complicado	9,5
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Tabela 35 - Tipos de Controle das Atividades.

OPÇÃO	TOTAL (%)
Da produção	5
Contábil	0
Financeira	0
Guarda notas	14
Contábil e Guarda notas	76
Todas as alternativas anteriores	5
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Percebe-se, pela tabela 36, que a maioria dos agricultores associados a Credi (33%), opta por atividades que resultarão maior lucratividade ao final da produção. No entanto, a tradição (14%) e a disponibilidade de mão-de-obra (14%) são fatores importantes na tomada de decisão. A mão-de-obra necessária para o trabalho agrícola, manifesta-se como fator limitante da adoção ou não de uma atividade agrícola.

Tabela 36 - Motivos de Importância na escolha da produção

OPÇÕES	TOTAL (%)
Preço do produto	5
Menor risco	0
Menor necessidade de dinheiro	0
Financiamento disponível	0
O que dá mais lucro	33
Tradição na atividade	14
Transformação (industrialização)	0
Mão-de-obra (menor uso)	14
Menor necessidade de dinheiro e Tradição na atividade	5
Menor necessidade de dinheiro, O que dá mais lucro e Mão-de-obra	5
Preço do produto e O que dá mais lucro	9
O que dá mais lucro e Tradição na atividade	5
Preço do produto, O que dá mais lucro e Mão-de-obra	5
Menor necessidade de dinheiro e O que dá mais lucro	5
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Segundo os agricultores, as informações de maior necessidade são as de cunho técnico, abrangendo 71% das opiniões citadas. A assistência técnica e gerencial, 29% da totalidade, revela-se de interesse para os associados (tabela 37).

Tabela 37 - Informações de maior necessidade.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Técnicas	71
Gerenciais	0
Técnicas e Gerenciais	29
Outras	0
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Para melhorar a receita da propriedade rural, segundo os dados da tabela 38, seria interessante uma maior remuneração e valorização comercial dos produtos comercializados, opinião citada por praticamente 29% dos agricultores. Outra alternativa para maximizar os ganhos com a produção é a introdução de tecnologias novas, que possibilitem menores perdas com a produção, por exemplo - a formação de grupos de cooperação agrícola e a organização dos produtores.

Tabela 38 - Melhorar a renda da propriedade.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Combinar atividades/divers.	9,5
Ampliar as atividades que já possui	9,5
Aumentar produtividade	0,0
Melhorar o preço	28,5
Mudar a tecnologia/organização/grupo	14,3
Comercialização	0,0
Combinar atividades/diversificar e Ampliar as atividades que já possui	4,8
Ampliar as atividades que já possui e Melhorar o preço	9,5
Melhorar o preço e Comercialização	4,8
Combinar atividades/diversificar, Aumentar produtividade e Melhorar o preço	4,8
Ampliar as atividades que já possui, Mudar a tecnologia/organização/grupo	4,8
Melhorar o preço e Mudar a tecnologia/organização/grupo	9,5
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A tabela 39 revela que os agricultores associados à CREDICAÇADOR, possuem uma forte pretensão empreendedora e aspiram, como produtores rurais, aumentar a renda familiar e, conseqüentemente, a qualidade de vida. Estes pretendem investir, preferencialmente, em terras e em equipamentos.

Tabela 39 - Principal objetivo como Produtor Rural.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Sobrevivência da família	10
Aumentar a renda familiar/Qualidade de vida	24
Mudar de produtividade	0
Desistir da agricultura	0
Investir em terras/equipamentos	28
Aumentar a renda familiar/qualidade de vida e Investir em terras/equipamentos	33
Sobrevivência da família, Aumentar a renda familiar/qualidade de vida e Investir em terras/equipamentos	5
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

Os principais problemas que fazem os agricultores terem dificuldades no pagamento de suas dívidas, segundo 52,4% dos associados (tabela 40), são os preços dos produtos obtidos com as atividades agrícolas e os preços dos insumos utilizados na produção. No entanto, financiamentos inacessíveis e juros inviáveis à agricultura, agravam ainda mais as possibilidades de pagamento das dívidas.

Tabela 40 - Principais problemas/Dificuldades em pagar dívidas.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Preços dos produtos	9,5
Preços dos insumos	0,0
Baixa produção	9,5
Falta de informações/assist. técnica	4,8
Preços dos produtos e Preços dos insumos	52,4
Preços dos produtos, Preços dos insumos, Financiamentos e Juros altos	14,3
Preços dos produtos, Preços dos insumos, Baixa produção e Falta de assistência técnica	9,5
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

São designados as atividades tradicionais da região, horticultura e fruticultura, maiores investimentos, indicados por 83% da população (tabela 41). Os agricultores tencionam, também, melhorar a bovinocultura leiteira.

Tabela 41 - Atividades que investiriam.

OPÇÕES	TOTAL (%)
Suíno	3,3
Bovinos de leite	10,1
Aves	3,3
Frutíferas	33,3
Outros (Horticultura)	50,0
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

A produção obtida no ano agrícola costuma ser negociada mediante atravessadores, como forma principal de comercialização. Estes intermediam as relações comerciais do agricultor e o revendedor que, habitualmente, pertencem a outros centros.

Genericamente, os atravessadores não pertencem a região e não são conhecidos pelos agricultores, ou seja, não possuem nenhum crédito para realizarem tal operação.

Esta forma de negociação tem gerado sérios problemas a região de Caçador, devido a constantes calotes. Por não serem conhecidos no sistema, muitos se aproveitam do espaço concedido pelos agricultores - devido a necessidade de rápido escoamento da produção após a colheita⁹ - para se utilizarem de um artifício altamente lucrativo "o cheque sem fundo"; deixando os agricultores no mais completo prejuízo.

⁹ Os produtos agrícolas, obtidos nesta região (frutas e produtos hortícolas) são de alta concentração econômica mas, de rápida depreciação; limitando a capacidade de comercialização dos agricultores, que acabam recorrendo aos atravessadores.

Este quadro vem afetando, de modo eqüitativo, os agricultores associados a CREDICAÇADOR, preocupando seus dirigentes. Este fato leva a elevados índices de inadimplência, constatados na Credi, e a significativa regressão econômica-financeira de seus membros, vítimas dos calotes.

A presença de oportunistas na intermediação comercial da produção agrícola; salienta antes de tudo, a necessidade de sua eliminação; com a operação perdem os produtores e os consumidores. Sobre esta condição a CREDICAÇADOR pode promover indiretamente - através de cursos, da contratação de profissionais qualificados e de contatos chaves (com a CEPAGRO, por exemplo) - independência dos agricultores, dispensando a atuação dos atravessadores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A solução de problemas inerentes à descapitalização das unidades familiares de produção agrícola tem se revelado de crucial importância e urgência.

O abandono do campo por famílias que sempre dependeram e viveram no meio rural, além de ser um acontecimento injusto e desolador, tem levado à dissolução da organização social das comunidades rurais. Este fato repercute negativamente nas Credis, pois seu sucesso está relacionado ao desempenho sócio econômico das unidades produtivas.

O trabalho de caracterização dos agricultores associados às Credis revela a importância da agricultura familiar para a Cooperativa, externando a necessidade de medidas que priorizem a sua consolidação.

Deste modo, apresenta-se como desafio às Credis a elaboração de um plano de medidas políticas que efetivem esse segmento social. A exemplo dos bancos tradicionais, se optar por excluir o público representado pelos tipos mini e pequenos produtores, os princípios sociais básicos do cooperativismo seriam violados, tornando ociosos seus objetivos.

As Cooperativas podem, por exemplo, propor parcerias às Administrações Municipais, objetivando a organização de um Fundo de Desenvolvimento Rural para

promover os agricultores padrão, talvez de maneira exclusiva, na tentativa de elevá-los social e economicamente.

Outra fonte de recursos que pode tornar-se acessível aos propósitos da Cooperativa são os provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura - PRONAF do governo federal, mediante elaboração de um projeto que atenda os diferentes tipos de agricultores familiares.

Neste caso, é interessante que as Credis realizem um trabalho de tipificação do seu quadro social, o que conferiria às suas decisões, maior representatividade.

Outro fato percebido neste trabalho, refere-se à necessidade de capacitação dos agricultores. Neste sentido, estão sendo deslocados esforços, sob a forma de parceria, para a construção de um centro de formação destinado às questões do crédito rural e da cooperação agrícola. Refere-se a uma entidade com estrutura própria preocupada, exclusivamente, com a formação. Atualmente esta tarefa está sendo executada, preponderantemente, por ONGs, de forma segmentada e com pouca abrangência.

Por fim, a contratação de um profissional da área de ciências agrárias e a adoção de um modelo de gestão adequado, pode melhorar a efetividade das Credis nas questões relativas às decisões de financiamento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A fome no mundo em 2010**: um relatório da FAO [S. l. : s. n., 1995].

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP, 1992.

BITTENCOURT, Gilson, et al. Departamento Sindical De Estudos Rurais. **Crédito rural no Brasil e na região sul**: História e realidade. Curitiba: 1993. "não paginado".

BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: 1995.

CAZELLA, Ademir Antônio, GREGOLIN, Altemir, SCHWERZ, André. O cooperativismo de crédito rural e a agricultura familiar catarinense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 32, 1994, Brasília. **Anais...** [Brasília]: SOBER, 1994. v.1, p. 481-491.

CAZELLA, Ademir Antonio, FRITZEN, Sérgio. Debate sobre o tópico cooperativismo de crédito rural na atual conjuntura econômica. In: SEMINÁRIO CRÉDITO RURAL COOPERATIVO: "PERSPECTIVA E DESAFIOS", 1994, Florianópolis. **Coletânea dos trabalhos**. Florianópolis: CEPAGRO, 1994. "não paginado".

DAVID, Lino de, et al. **Agricultura e meio ambiente** [S. l. : s. n.]

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política e Desenvolvimento Sustentável**. 24p. Brasília, 1994.

HOBELINK, Henk. **Biotecnologia**: muito além da revolução verde. Porto Alegre: RIOCELL, 1990. 196 p. il.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Tipificação de estabelecimentos agrícolas**. Florianópolis: 1994. 6v., v.2.

IPEA. **Projeto sistema de crédito rural e o financiamento da agricultura na década de 90**. Relatório: sistema de crédito rural cooperativo. Brasília: 1992.

LAMARCHE, Hugus (Coord). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1993.

LANCELIN, Marcel. Debate sobre o tópico cooperativismo de crédito rural na atual conjuntura econômica. In: SEMINÁRIO CRÉDITO RURAL COOPERATIVO: "PERSPECTIVA E DESAFIOS", 1994, Florianópolis. **Coletânea dos trabalhos**. Florianópolis: CEPAGRO, 1994. "não paginado".

MATTOS, João. Debate sobre o tópico cooperativismo de crédito rural na atual conjuntura econômica. In: SEMINÁRIO CRÉDITO RURAL COOPERATIVO: "PERSPECTIVA E DESAFIOS", 1994, Florianópolis. **Coletânea dos trabalhos**. Florianópolis: CEPAGRO, 1994. "não paginado".

PAIN, Paulo Édison. Vida dura provoca o abandono. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 maio, 1996, p.38-39, c geral.

PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO.
Diagnóstico municipal de Caçador. Florianópolis: 1990.

PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO.
Diagnóstico municipal de Quilombo. Florianópolis: 1990.

PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO.
Diagnóstico municipal de Seara. Florianópolis: 1990.

WEID, Jean Marc Von der. Da agroquímica para a agroecologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL, 1994, Rio. **Anais...** Rio: AS-PTA, 1994: 18p. p. 1-98.

ANEXOS

**ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDOS NO PROJETO:
PROMOÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL ENTRE AS
UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO.**

ENTIDADE	SEDE
APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense	Chapecó
AECOS - Associação Estadual de Condomínios de Suinocultores	Coronel Freitas
CCA - Cooperativa Central dos Assentamentos	Florianópolis
ADIPAGRU - Associação de Desenvolvimento e Incentivo da Pequena Agricultura de Grupo	Curitibanos
VIANEI - Centro Vianei de Educação Popular	Lages
CEPAGRI - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor	Caçador

ANEXO 2

2.1 - Classificação e Relação dos Produtos Considerados.

CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS PRODUTOS CONSIDERADOS	1. Culturas Anuais	- Lavouras	1 - Arroz 2 - Feijão 5 - Milho 6 - Soja 7 - Trigo	- Grãos
			2 - Cana-de-açúcar 4 - Mandioca 11 - Fumo	- Matérias-primas
		- Horticultura	8 - Alho 9 - Batata-inglesa 10 - Cebola 12 - Tomate 13 - Olerícolas	
			14 - Banana 16 - Laranja 17 - Maçã 18 - Pêssego 19 - Uva	
	2. Culturas Permanentes	- Fruticultura	15 - Erva-mate 20 - Lenha + Carvão 21 - Madeira em toras 22 - Madeira para papel	
			23 - Bovinos de Corte 24 - Leite	
	3. Criações Extensivas		25 - Suínos 26 - Aves	
	4. Criações Intensivas			

Fonte: Tipificação de Estabelecimentos Agrícolas, 1994.

2.2 - Pré-Tipificação - Árvore de Classificação.

GRUPO	SUBGRUPO		PRÉ-TIPO
1. Culturas Anuais (CA) (VPCA >= 1/3 VPT)	1.1 Orientado para Culturas Anuais (VPCA >= 2/3 VPT)	1.1.1 Lavouras (LA) (VPLA >= 1/2 VPT)	1. Lavouras Grãos (GR) → (VPGR >= 2/3 VPT) 2. Lavouras Matérias-Primas (MP) → (VPMP > 1/3 VPT) 3. Lavouras Mistas (LM) → (VPGR < 2/3 e VPMP < 1/3 VPT)
		4. Horticultura (HO) → (VPHO >= 1/2 VPT) 5. Lavouras + Horticultura → (Demais)	
		6. Culturas Anuais + Culturas Permanentes → VPCA > VPCP > VPCE; VPCI 7. Culturas Anuais + Criações Extensivas → VPCA > VPCE > VPCI; VPCP 8. Culturas Anuais + Criações Intensivas → VPCA > VPCI > VPCE; VPCP	
2. Culturas Permanentes (CP) (VPCP >= 1/3 VPT)	2.1 Orientado para Cult. Permanentes (VPCP >= 2/3 VPT)	9. Fruticultura (FR) → (VPFR >= 1/2 VPT) 10. Silvicultura e Extração Vegetal (SEV) → (VPSEV >= 1/2 VPT) 11. Fruticultura + Silvicultura e Extração Vegetal → (Demais)	
		12. Culturas Permanentes + Culturas Anuais → VPCP > VPCA > VPCE; VPCI 13. Culturas Permanentes + Criações Extensivas → VPCP > VPCE > VPCI; VPCA 14. Culturas Permanentes + Criações Intensivas → VPCP > VPCI > VPCE; VPCA	
		2.2 Cult. Permanentes Combinadas (1/3 VPT <= VPCP < 2/3 VPT)	

Continuação

3. Criações Extensivas (CE) (VPCE >= 1/3 VPT)	3.1 Orientado para Criações Extensivas (VPCE >= 2/3 VPT)	15. Bovinos de Corte (BC) → (VPBC >= 1/2 VPT) 16. Bovinos de Leite (BL) → (VPBL >= 1/2 VPT) 17. Bovinos de Corte e Leite → (Demais)
	3.2 Criações Extensivas Combinadas (1/3 VPT <= VPCE < 2/3 VPT)	18. Criações Extensivas + Culturas Anuais → VPCE > VPCA > VPCP; VPCI 19. Criações Extensivas + Culturas Permanentes → VPCE > VPCP > VPCA; VPCI 20. Criações Extensivas + Criações Intensivas → VPCE > VPCI > VPCA; VPCP
	4.1 Orientado para Criações Intensivas (VPCI >= 2/3 VPT)	21. Suínos (SU) → (VPSU >= 1/2 VPT) 22. Aves (AV) → (VPAV >= 1/2 VPT) 23. Suínos e Aves → (Demais)
	4.2 Criações Intensivas Combinadas (1/3 VPT <= VPCI < 2/3 VPT)	24. Criações Intensivas + Culturas Anuais → VPCI > VPCA > VPCP; VPCE 25. Criações Intensivas + Culturas Permanentes → VPCI > VPCP > VPCA; VPCE 26. Criações Intensivas + Criações Extensivas → VPCI > VPCE > VPCA; VPCP
5. Baixa Renda	VPT <= 6 Salários mínimos/ano	27. Baixa Renda
6. Demais Casos	Sem orientação principal dominantes	28. Demais Casos

Fonte: Tipificação de Estabelecimentos Agrícolas, 1994.

2.3 - Pré-Tipificação - Árvore De Classificação Modificada.

GRUPO	SUBGRUPO	PRÉ-TIPO
1. CULTURAS ANUAIS (CA) (VPCA >= 2/3 VPT)	1.1 LAVOURAS (LA) (VPLA >= 1/2 VPT)	1. LAVOURAS GRÃOS (GR) (VPGR >= 2/3 VPT) 2. LAVOURAS MATÉRIAS-PRIMAS (MP) (VPMP > 1/3 VPT) 3. LAVOURAS MISTAS (LM) (VPGR < 2/3 E VPMP < 1/3 VPT)
	4. HORTICULTURA (HO) → (VPHO >= 1/2 VPT) 5. LAVOURAS + HORTICULTURA → (Demais)	
2. CULTURAS PERMANENTES (CP) (VPCP >= 2/3 VPT)	6. FRUTICULTURA (FR) →(VPFR >= 1/2 VPT) 7.SILVICULTURA E EXTRAÇÃO VEGETAL (SEV) → (VPSEV >= 1/2 VPT) 8. FRUTICULTURA + SILVICULTURA E EXTRAÇÃO VEGETAL → (Demais)	
3. CRIAÇÕES EXTENSIVAS (CE) (VPCE >= 2/3 VPT)	9. BOVINOS DE CORTE (BC) →(VPBC >= 1/2 VPT) 10. BOVINOS DE LEITE (BL) → (VPBL >= 1/2 VPT) 11. BOVINOS DE CORTE E LEITE → (Demais)	
4. CRIAÇÕES INTENSIVAS (CI) (VPCI >= 2/3 VPT)	12. SUÍNOS (SU) →(VPSU >= 1/2 VPT) 13. AVES (AV) → (VPAV >= 1/2 VPT) 14. SUÍNOS E AVES → (Demais)	
5. ATIVIDADES COMBINADAS (AC) (VPCA e VPCP e VPCE e VPCI < 2/3 VPT) e; (VPCA ou VPCP ou VPCE ou VPCI >= 1/3 VPT)	15. CULTURAS ANUAIS + CULTURAS PERMANENTES (CA + CP) (VPCA E VPCP > VPCE; VPCI) 16. CULTURAS ANUAIS + CRIAÇÕES EXTENSIVAS (CA + CE) (VPCA E VPCE > VPCI; VPCP) 17. CULTURAS ANUAIS + CRIAÇÕES INTENSIVAS (CA + CI) (VPCA E VPCI > VPCE; VPCP) 18. CULTURAS PERMANENTES + CRIAÇÕES EXTENSIVAS (CP + CE) (VPCP E VPCE > VPCI; VPCA) 19. CULTURAS PERMANENTES + CRIAÇÕES INTENSIVAS (CP + CI) (VPCP E VPCI > VPCE; VPCA) 20. CRIAÇÕES EXNTENSIVAS + CRIAÇÕES INTENSIVAS (CE + CI) (VPCI E VPCE > VPCA; VPCP)	
6. BAIXA RENDA (BR) (VPT <= 6 Salários mínimos/ano)	27. BAIXA RENDA (BR) (VPT <= US\$ 411,30)	
7. DEMAIS CASOS (DC) → Sem orientação dominantes (Casos não enquadrados nos grupos acima)	28. DEMAIS CASOS (DC) (Casos não enquadrados nos pré-tipos acima)	

Fonte: Tipificação de Estabelecimentos Agrícolas, 1994.

ANEXO 3 - PRÉ-TIPIFICAÇÃO.

GRUPOS	SUB-	PRÉ-	FREQÜÊNCIA (%)		
	GRUPOS	TIPOS	SEARA	QUILOMBO	CAÇADOR
1. Culturas Anuais					
	1.1 Orientado para Culturas Anuais				
		01. Lavouras Grãos	13,0	11,1	9,5
		02. Lavouras Materias Primas	4,4		
		03. Lavouras Mistas			
		04. Horticultura			42,9
		05. Lavouras + Horticultura			4,8
	1.2 Culturas Anuais combinadas				
		06. Culturas Anuais + Culturas Permanentes			23,8
		07. Culturas Anuais + Criações Extensivas	8,7	14,8	4,8
		08. Culturas Anuais + Criações Intensivas	26,6	51,8	
2. Culturas Permanentes					
	2.1 Orientado para Culturas Permanentes				
		09. Fruticultura			14,3
		10. Silvicultura e Extração Vegetal			
		11. Fruticultura + Silvicultura e Extração Vegetal			
	2.2 Culturas Permanentes Combinadas				
		12. Culturas Permanentes + Culturas Anuais			
		13. Culturas Permanentes + Criações Extensivas			
		14. Culturas Permanentes + Criações Intensivas			
3. Criações Extensivas					
	3.1 Orientado para Criações Extensivas				
		15. Bovinos de Corte			
		16. Bovinos de Leite			
		17. Bovinos de Corte e Leite	4,4		
	3.2 Criações Extensivas Combinadas				
		18. Criações Extensivas + Culturas Anuais			
		19. Criações Extensivas + Culturas Permanentes			
		20. Criações Extensivas + Criações Intensivas			
4. Criações Intensivas					
	4.1 Orientado para Criações Intensivas				
		21. Suínos			
		22. Aves	34,8	14,8	
		23. Suínos e Aves		3,7	
	4.2 Criações Intensivas Combinadas				
		24. Criações Intensivas + Culturas Anuais			
		25. Criações Intensivas + Culturas Permanentes			
		26. Criações Intensivas + Criações Extensivas			
5. Baixa Renda					
	5.1 Baixa Renda				
		27. Baixa Renda	8,7	3,7	
6. Demais Casos					
	6.1 Demais Casos				
		28. Demais Casos			

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.

ANEXO 4 - VARIÁVEIS TIPIFICADORAS

A. INDICADORES DE TAMANHO:

1. Área Total (AT)
2. Valor Bruto da Produção (VBP)
3. Mão-de-obra Total (MOT)
4. Cavalo-Vapor de Trator (cv-Trator)

- TAMANHO DAS ATIVIDADES

5. Área cultivada de arroz
6. Área cultivada de cana-de-açúcar
7. Área cultivada de feijão
8. Área cultivada de mandioca
9. Área cultivada de milho
10. Área cultivada de soja
11. Área cultivada de trigo
12. Área cultivada de alho
13. Área cultivada de batata inglesa
14. Área cultivada de cebola
15. Área cultivada de fumo
16. Área cultivada de tomate
17. Valor da produção de olerícola
18. Área colhida de banana
19. Valor de produção de erva-mate
20. Área colhida de laranja
21. Área colhida de maçã
22. Área colhida de pêssego
23. Área colhida de uva
24. Valor da produção de lenha e carvão
25. Quantidade obtida de madeira em toras
26. Quantidade obtida de madeira para papel
27. Tamanho do rebanho bovino (número de animais)
28. Produção de leite
29. Número de criadeiras de suínos (porcas de reprodução com mais de seis meses)
30. Aves vendidas

B. INDICADORES DE GRAU DE MODERNIZAÇÃO E INTENSIDADE

31. Índice de produtividade de bovinos de leite (IPBL)
32. Índice de produtividade da suinocultura (IPSU)
33. Índice de produtividade física das lavouras temporárias (IPFLT)

34. Índice de produtividade física das lavouras permanentes (IPFLP)

C. INDICADORES DE RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E INTEGRAÇÃO AO MERCADO

35. Relação receitas totais/valor bruto de produção (RT/VBP)
36. Relação mão-de-obra familiar/mão-de-obra total (MOF/MOT)

D. COMBINAÇÃO DE ATIVIDADES E GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO

37. Índice de diversificação (ID)
38. Relação valor da produção de alho/valor bruto da produção total (VPalho/VBPtotal)
39. Relação valor da produção de arroz/valor bruto da produção total (VParroz/VBPtotal)
40. Relação valor da produção de cana-de-açúcar/valor bruto da produção total (VPcana/VBPtotal)
41. Relação valor da produção de banana/valor bruto da produção total (VPbanana/VBPtotal)
42. Relação valor da produção de erva-mate/valor bruto da produção total (VPerva/VBPtotal)
43. Relação valor da produção de batata inglesa/valor bruto da produção total (VPbatata/VBPtotal)
44. Relação valor da produção de cebola/valor bruto da produção total (VPcebola/VBPtotal)
45. Relação valor da produção de feijão/valor bruto da produção total (VPfeijão/VBPtotal)
46. Relação valor da produção de fumo/valor bruto da produção total (VPfumo/VBPtotal)
47. Relação valor da produção de laranja/valor bruto da produção total (VPlaranja/VBPtotal)

- 48. Relação valor da produção de maçã/valor bruto da produção total (VPmaçã/VBPtotal)
- 49. Relação valor da produção de pêssego/valor bruto da produção total (VPpêssego/VBPtotal)
- 50. Relação valor da produção de mandioca/valor bruto da produção total (VPmandioca/VBPtotal)
- 51. Relação valor da produção de milho/valor bruto da produção total (Vpmilho/VBPtotal)
- 52. Relação valor da produção de soja/valor bruto da produção total (VPsoja/VBPtotal)
- 53. Relação valor da produção de tomate/valor bruto da produção total (VPtomate/VBPtotal)
- 54. Relação valor da produção de trigo/valor bruto da produção total (VPtrigo/VBPtotal)
- 55. Relação valor da produção de uva/valor bruto da produção total (VPuva/VBPtotal)
- 56. Relação valor da produção de aves/valor bruto da produção total (VPaves/VBPtotal)
- 57. Relação valor da produção de bovinos/valor bruto da produção total (VPbovinos/VBPtotal)
- 58. Relação valor da produção de leite/valor bruto da produção total (VPl Leite/VBPtotal)
- 59. Relação valor da produção de suínos/valor bruto da produção total (VPsuínos/VBPtotal)
- 60. Relação valor da produção de lenha + carvão/valor bruto da produção total (VPlenha + carvão/VBPtotal)
- 61. Relação valor da produção de madeira/valor bruto da produção total (VPmadeira/VBPtotal)
- 62. Relação valor da produção de madeira papel/valor bruto da produção total (VPmadeira papel/VBPtotal)
- 63. Relação valor da produção de olerícolas/valor bruto da produção total (VPolerícolas/VBPtotal)

DEFINIÇÕES DAS VARIÁVEIS TIPIFICADORAS

GRUPOS

A. INDICADORES DE TAMANHO

- 1. Área Total (AT)
 - . Área total do estabelecimento (ha).
 - . Superfície agrícola útil (SAU) - Somatória das áreas exploradas com lavouras temporárias + permanentes + pastagem artificial + naturais + lavouras temporárias em descanso¹⁰.
- 2. Valor Bruto da Produção (VBP)
 - . Valor Bruto de toda a produção agropecuária.
- 3. Mão-de-obra Total (MOT)
 - . Total Pessoal Ocupado
- 4. Cavalo-Vapor de Trator (cv-Trator)
 - . Disponibilidade de tratores medida em cavalos-vapor (cv).

B. INDICADORES DE GRAU DE MODERNIZAÇÃO E INTENSIDADE

- 31. Índice de produtividade de bovinos de leite (IPBL)
 - . Relação litros de leite produzidos/ vacas ordenhadas
- 32. Índice de produtividade da suinocultura (IPSU), onde:

$$IPSU = \frac{n^{\circ} \text{ de animais vendidos + abatidos - comprados}}{n^{\circ} \text{ porcas p/ reprodução + 6 meses}}$$

- 33. Índice de produtividade física das lavouras temporárias (IPFLT) ¹¹

Sendo:

$$IPFLT = \sum_{i=1}^n \frac{pixij^*}{pi(=1,00)}$$

¹⁰ Utilizou-se esta variável na descrição dos pré-tipos.

¹¹ Calculado a partir dos produtos com área superior a 0,3 ha.

Onde:

p_i = proporção da área cultivada com o produto i (p varia de 0,0 a 1,0)

$$x_{ij}^* = \frac{x_{ij}}{x_i} \dots \text{Onde}$$

x_{ij} = rendimento físico em kg/ha do produto i no estabelecimento j

x_i = média estadual do produto i , em kg/ha.

F_i = proporção do valor do produto i no valor bruto da produção total do estabelecimento.

34. Índice de produtividade física das lavouras permanentes (IPFLP)

Idem ao IPFLT, substituindo-se lavouras temporárias por lavouras permanente.

C. INDICADORES DE RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E INTEGRAÇÃO AO MERCADO

35. Relação receitas totais/valor bruto de produção (RT/VBP), onde RT = produção vendida x preço.

36. Relação mão-de-obra familiar/mão-de-obra total (MOF/MOT), sendo;

$$MOF = \frac{\text{Número de responsáveis/família homens} + \text{responsável/família mulher}}{\dots}$$

$$MOT = \text{Total de pessoal ocupado}$$

D. COMBINAÇÃO DE ATIVIDADES E GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO

37. Índice de diversificação (ID)

$$ID = \frac{1}{\sum_{i=1}^n F_i^2}$$

onde:

ANEXO 5 - CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO SOCIAL DOS TIPOS DE PRODUTORES RURAIS.

1. QUANTO A ESCALA (Tamanho)					
VARIÁVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	MINI PRODUTOR	PEQUENO PRODUTOR	MÉDIO PRODUTOR	GRANDE PRODUTOR
Área total	ha	≤ 5	5 a 15	15 a 40	> 40
Mão-de-obra	E.H.	≤ 2	2 a 4	4 a 6	> 6
VBP	US\$				
Geral		≤ 1.800	1.800 a 4.500	4.500 a 11.000	> 11.000
Fruticultura e Avicultura		≤ 2.700	2.700 a 9.000	9.000 a 27.000	> 27.000
2. QUANTO A COMBINAÇÃO DE ATIVIDADES/MERCADO					
<p>ESPECIALIZADO: ID $\leq 1,8$</p> <p>DIVERSIFICADO: ID $> 3,5$</p> <p>SUBSISTÊNCIA : REC/VBP $\leq 55\%$</p> <p>OBS.: ID = Índice de diversificação</p> <p>REC = Receita</p> <p>VBP = Valor Bruto da Produção</p>					
3. QUANTO A TECNOLOGIA					
VARIÁVEIS	NÃO TECNIFICADO		TECNIFICADO		
Índice de produtividade de lavouras temporárias - IPLT	≤ 1		> 1		
Índice de produtividade de lavouras permanentes - IPLP	≤ 1		> 1		
Índice de produtividade de bovinos de leite - IPBL (nº de litros de leite/vaca/ano)	≤ 2.000		> 2.000		
Índice de produtividade de suínos - IPSU (nº de terminados/porca/ano)	≤ 11		> 11		

Fonte: Tipificação de Estabelecimentos Agrícolas, ICEPA, 1994.

ANEXO 6 - CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO SOCIAL DAS CREDIS.

	CREDIQUILOMBO		CREDISEARA		CREDICAÇADOR	
CLASSE	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
Tomadores	204	32	280	56	389	73,5
Poupadores	114	18	104	21	133	25
Inativos	313	50	113	23	7	1,5
TOTAL	631	100	497	100	529	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 1995, CCA/UFSC.